

SESSÕES DO PLENÁRIO

107ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de novembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES 3º SECRETÁRIO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Considerando a presença de 50 Srs. Deputados, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há um requerimento sobre a Mesa.

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92Do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 19.964/2012 de autoria do Poder Executivo.”

Está convocada, portanto, uma sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, para discutir o Projeto de Lei nº 19.964/2012 de autoria do Poder Executivo.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Zé Neto, comunicando sua ausência da sessão no dia 18/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Sidelvan Nóbrega, comunicando sua ausência da sessão no dia 09/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Mário Negromonte Júnior, comunicando sua ausência da sessão no dia 22/10/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao deputado Sargento Isidório pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, colaboradores desta Casa, funcionários, todos aqueles que nos ouvem pela TV Assembleia. Que Deus abençoe a todos, guarde do mal, proteja e continue nos dando uma semana de paz, conforme diz a Bíblia, a palavra de Deus. A Bíblia diz que “aquele que habita no esconderijo do altíssimo, a sombra do onipotente, descansará.” Mas, Srs. Deputados, tenho ficado atento ao que está acontecendo em São Paulo, a violência. Não só em São Paulo como em outros estados e às vezes vem também para Bahia, onde não é segredo que a violência também tem aumentado. A situação tem sido realmente grave e todos sabem da minha preocupação com a questão das drogas, com a questão do tráfico de drogas.

Tenho dito aqui e por onde viajo que questão de droga não se resolve no fuzil, na metralhadora. Governo nenhum vai ganhar a guerra contra o tráfico no fuzil, e não entendo nem por inteligência, até, porque não vejo ninguém com mais inteligência do que as próprias organizações de tráfico em nosso Estado e da nossa Nação. Até porque tenho convicção de que no dia que esta Nação quiser terminar com o tráfico de drogas, eu tenho convicção de no dia em que as autoridades do nosso país quiserem, realmente, por um freio, diminuir, dizer chega, sabe por onde ir, até porque todos sabem de onde vêm as drogas, todos sabem por vem, por onde passa.

Agora, a questão é mais em cima, muitas vezes. E enquanto isso a sociedade é que vai amargando, a sociedade é quem paga por não poder mais ligar a televisão, por não poder mais abrir o jornal, só se fala em derramamento de sangue. A imprensa só tem notícias do crime, de violência, e eu fico preocupado porque sou um dos que têm internado pessoas para tirar das drogas, viciados, homens e mulheres que vêm do crack, da maconha, da cocaína e de outras drogas.

Tenho pedido às autoridades que visitem aquele trabalho nosso, por causa da complexidade. Lá tem eu, minha esposa, meus filhos, netos trabalhando de maneira que poderia ser melhor, tenho convicção de que no dia em que as autoridades

botarem o olho ali naquelas terras na BR vão ver que precisa mais um pouco do que o alimento; precisa mais um pouco do que o psicólogo, o assistente social. Precisa de um melhor carinho. Precisa de esporte. Precisa do carinho humano para que aqueles jovens não saiam dali em busca de socorro fora, porque são 1.232 pessoas que lá estão internadas, só mulheres são 122.

Tenho convocado, pedido, solicitado às autoridades. O Comandante Geral da PM esteve lá, mas pouco pode fazer. O Secretário de Segurança Pública, já pedi, toda vez que o encontro peço para visitar. Não consigo entender como é que alguém comanda a Secretaria de Segurança Pública em um estado e não tem preocupação com um centro de recuperação onde estão dependentes químicos, e dependentes químicos, Sr. Presidente, que nós sabemos que é aí que está o crime, é aí que está a marginalidade.

Então, peço ao presidente desta Casa, às autoridades que, se puderem, tiver amizade com S. Ex^a o Secretário de Segurança Pública, o mui digno deputado aqui de Senhor do Bonfim que foi secretário, que visitou aquela instituição, quando encontrar com o Secretário de Segurança Pública diga a ele para não ter medo de ir visitar porque lá não tem marginal, lá tem ex-usuários de drogas. Então, o César Lisboa, que também esteve lá, com muito carinho, tem carinho, se puder me ouvir quero pedir a ele também; o Comandante Geral, demais secretários que estiveram lá, senadora Lídice, senador Pinheiro, outras tantas autoridades que estiveram na Fundação, por gentileza, peça ao Secretário de Segurança Pública que ele visite a Fundação porque é honroso e aquela demanda que está lá não é só minha, não é só do governador, não é só do Comandante-Geral, aquela demanda é de todos.

Tenho certeza que se o Secretário de Segurança Pública achar um do seu tempo, que sei que é precioso, mas a televisão também faz a propaganda dizendo que estamos preocupados com isso e com aquilo, é melhor que ele também mostre na prática que eu mesmo servirei de segurança para ele se ele tiver preocupado ou amedrontado para ir visitar um centro de recuperação. Lamentavelmente tenho que falar isso, é a maneira que eu tenho de desabafar.

Para concluir, tenho que desabafar e pedir às autoridades que me ouvem que peçam ao Secretário, sim, para ele ir visitar, ao César Lisboa que me ouve, que é um homem que tem sido generoso com aquela entidade, que visite não só a Fundação, como outros, porque quem recupera dependente químico ajuda, sim, na segurança pública e merece ter atenção.

Deus abençoe e muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à deputada Graça Pimenta pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, componentes das Galerias, Srs. da Tribuna de Imprensa, funcionários desta Casa, todos que nos assistem através do *Canal Assembleia*, boa-tarde!

Caros colegas de Parlamento, as questões de saúde despertam muito meu

interesse. Além de ser profissional de Enfermagem, componho a Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa. Costumo ficar atenta a todos os dados referentes à saúde dos brasileiros e, em especial, dos baianos.

Neste fim de semana, o *site* do jornal *Correio* trouxe uma matéria importante sobre as causas de mortes em nosso Estado no ano de 2011. A matéria é fruto dos dados que constam na Lista Brasileira para a Mortalidade, cuja base é um levantamento realizado pela Secretaria Estadual da Saúde (Sesab) encaminhado para o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datasus).

Responsável por 6.942 óbitos, em primeiro lugar estão as chamadas mortes sem assistência médica, quando a pessoa é encontrada morta e não há como definir a causa do óbito.

Nobres parlamentares, considerando as causas realmente definidas, na primeira colocação ficaram as doenças cerebrovasculares, a exemplo do acidente vascular cerebral (AVC), líder na causa das mortes. Por conta desse mal, 6.275 pessoas morreram em 2011. Em nível de Brasil, em 2010 os AVCs ocupavam o 2º lugar.

Caracterizado pelo comprometimento das funções neurológicas, o AVC pode ser isquêmico ou hemorrágico. No primeiro tipo ocorre o entupimento de um vaso sanguíneo ou de uma artéria, o que impede a corrente sanguínea de atingir partes do cérebro. No que ocorre hemorragia, um vaso sanguíneo se rompe e leva ao derrame de sangue para dentro do cérebro ou para a área que o rodeia.

Conforme a matéria, o AVC hemorrágico, popularmente conhecido como derrame, é responsável por 10% dos óbitos, porém é o mais mortal. Os dados dão conta de que ele está diretamente ligado à hipertensão, diabetes e ao tabagismo.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a segunda colocação ficou com os homicídios, velhos conhecidos nossos, responsáveis por 4.997 mortes. As doenças isquêmicas do coração ficaram com o 3º lugar. Os infartos agudos do miocárdio são os principais causadores dos óbitos por essas doenças, sendo responsáveis por 88,9% das mortes nessa categoria.

O diabetes ficou na 4º colocação, porém pode ser considerada a doença mais preocupante de todas as que foram relacionadas no estudo. Ela é uma espécie de 'condicionante' para os AVCs e para os males cardíacos.

Prevenção é a palavra de ordem para diminuir os riscos de qualquer doença, porém só é possível nos prevenirmos de algo se soubermos do risco que estamos correndo. Na matéria, a falta de acompanhamento primário é apontada como principal causadora das mortes relacionadas no levantamento.

Temos que mudar essa realidade em nosso Estado. Ampliar os programas de assistência primária é uma necessidade urgente. Promover campanhas educativas sobre as doenças pode ser um motivador para que as pessoas procurem os serviços médicos e possam cuidar melhor da saúde.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Yulo

Oiticica, em permuta com a deputada Maria Luiza Laudano.

O Sr. YULO OITICICA:- Deputado Álvaro Gomes, que preside esta sessão, deputados, deputadas, companheiros da imprensa. Quero saudar também os representantes da ASA, que fazem um trabalho extremamente importante no Semiárido baiano com o padre Neivaldo, a Cleusa Alves e o Nadson Batista, que assinam inclusive uma carta que chagará às mãos de todos os deputados nesta Casa.

Quero lamentar profundamente, Sr. Presidente, a atitude do deputado Luciano Simões na tribuna desta Casa. Eu a classifico como leviana e irresponsável. Acho que o deputado Luciano Simões, um deputado de tantos mandatos, não teria necessidade de lançar mão de tamanha injúria para aparecer de alguma forma, apesar de cada um, deputado Álvaro Gomes, aparecer como pode. O deputado Luciano, padre Neivaldo, escolhe a pior forma.

Eu não posso repetir aqui o que disse Jesus Cristo, “Pai, perdoa porque ele não sabe o que faz”. Não posso dizê-lo, porque esse não merece o perdão de Deus. Esse sabe a ação que a ASA ou outras organizações da sociedade civil baiana fazem para responder a essa mazela que, infelizmente, penaliza tantos baianos e baianas do nosso Semiárido – a seca, a falta da água.

E, infelizmente, o deputado Luciano Simões sobe a esta tribuna, deputados e deputadas – de modo bem especial, os do Partido dos Trabalhadores –, de uma forma, como eu disse, leviana e irresponsável, para trazer esse espetáculo que alguns tentam fazer no Brasil, que é transformar a tragédia em horror, que é a história do mensalão, e cita esse fato, que é um fato legal, transparente, de repasse de dinheiro público do MDS. Vale lembrar que é repasse do MDS para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, e a partir daí, através de edital público, transparente.

Talvez aí, deputada Neusa, o deputado Luciano Simões não goste dessa transparência, dessa forma de acessar o dinheiro público àqueles que têm condição para tal, porque a lógica da Bahia do passado era a dos afilhados do rei. Essa não é mais a lógica do governo Lula, do governo Dilma e, agora, do governo Wagner, na Bahia. E não é um favor que o governo federal e o do Estado fazem quando repassam dinheiro, volto a dizer, via editais, a entidades tão sérias como a ASA. Não é favor nenhum, é reconhecer a importância, o *know how*, a seriedade, a história que têm essas entidades quanto à garantia dos direitos humanos em nossas dioceses, em nossas arquidioceses, sem pedir carteira de filiado a partido a, b ou c, muito menos a que credo corresponde, que fé vive.

A ASA, que é de caráter ecumênico, que compreende a importância da água, enxergando a todos de forma igual, acessou dinheiro público, sim, e dessa forma, deputado Luciano Simões – certamente V.Ex^a deve estar nos ouvindo –, eu lamento profundamente que essa seja a forma de um deputado achar que aparece, porque aparecer dessa forma é motivo de vergonha, e é graças a atitudes levianas e irresponsáveis como essa do deputado Luciano Simões que a classe política vive onde vive.

Porque, deputada Maria Luiza Laudano, infelizmente, lá fora, no imaginário popular, no senso comum, todos os políticos são bandidos, todos os políticos não

trabalham, todos os políticos são usurpadores do dinheiro público, e todos nós sabemos que essa não é a verdade. Se há bandido na política, e há, há bandido em todos os lugares.

Mas atitudes como essa fazem com que todos nós, infelizmente, estejamos na vala comum da corrupção. E quero aqui, padre Neivaldo – peço tolerância, Sr. Presidente, para concluir – pedir desculpas aos nossos bispos, a toda a direção da ASA, que faz um trabalho sério, pela irresponsabilidade de um dos nossos pares na tribuna desta Casa.

Quero dizer que passarei para as mãos dele a carta que vocês trazem a nós, inclusive que a conclui convidando para que qualquer um, inclusive ele, possa visitar o bom trabalho que vocês exercem.

Peço desculpas ao nosso bispo de Amargosa, nosso D. João Nilton, que acabou de fazer importante encontro, padre Neivaldo, com a juventude de toda a diocese, recebendo os jovens, não só da diocese, mas da Bahia e de fora do nosso País.

Digo ao deputado Luciano Simões que, de fato, deputado Joseildo, deputado Carlos Brasileiro, deputada Luiza Maia, deputado Bira Corôa, deputada Neusa Cadore, deputado Marcelino Galo, os deputados do PT são diferentes deles. Se fôssemos levianos e irresponsáveis, traríamos a esta tribuna essa manchete que não fomos nós que fizemos, e diríamos que o deputado Carlos Bacelar era coisa semelhante, mas não fizemos, porque essa atitude irresponsável, deputado Paulo Azi, não temos.

Nós, deputados do PT, temos responsabilidade. E, mais uma vez, Sr. Presidente, quero dizer que como Líder da Bancada do PT, estarei encaminhando uma representação à Mesa Diretora para que os deputados desta Casa tenham mais responsabilidade nos seus pronunciamentos. E espero que a Mesa Diretora, de forma vergonhosa, não archive mais uma vez, como fez outrora com a representação que entrei contra o deputado Targino Machado.

Volto a dizer, atitudes como essa não enriquecem este Parlamento, muito pelo contrário, o conduz à vala comum da corrupção que, infelizmente, está no senso comum da população baiana, da população brasileira.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, demais pessoas que nos assistem presentes nesta Casa ou através da *TV Assembleia*, ontem, depois da entrevista do nosso vice-governador, secretário da Infraestrutura, Otto Alencar, começaram as especulações. Eu não esperava que essa entrevista fosse dar margem a tanta especulação.

Não tenho procuração do vice-governador, mas ele foi extremamente claro, não tem questionamento. Ele disse que não é candidato ao governo, vai apoiar o candidato que o governador Wagner indicar, e poderá ser ele, poderá ser Pinheiro,

poderá ser Gabrielli, poderá ser Rui Costa, qualquer um desses. De maneira alguma colocou o nome dele para entrar nessa disputa, mas sabemos que as forças contrárias sempre estarão criando tumulto, desavenças. As pessoas que convivem com o vice-governador e com o governador percebem a simbiose, a união que os dois têm nesse momento e que irá perdurar.

Ao longo da sua vida, Otto tem demonstrado, por onde tem passado, a lealdade com quem é leal a ele. Essa questão de aventar que ele será o candidato, não existe nada disso. Acho que ele foi extremamente claro e positivo.

Como V.Ex^{as} conhecem, o vice-governador tem conhecimento, inclusive conhece, como eu já disse ontem, os municípios da Bahia, e conhece de perto o sofrimento dos prefeitos pois foi conselheiro do Tribunal de Contas. Quantas vezes ele já falou para alguns de V.Ex^{as} da angústia que sentiu quando sabia que as contas de determinado prefeito iriam ser rejeitadas por não haver cumprido com a Lei de Responsabilidade Fiscal, não por má-fé, mas pela impossibilidade de o município cumprir naquele momento.

O que tem suscitado esses questionamentos é justamente essa forma positiva e de conhecimento que o vice-governador Otto Alencar tem de fazer as coisas. Mas deixo claro para acabar com essas especulações que ele já falou para toda Bancada do PSD que o seu candidato será o candidato escolhido pela base aliada, comandada pelo governador Jaques Wagner.

Aproveito, ainda, esses dois minutos que me restam, para chamar atenção não só dos deputados daqui como também dos deputados federais da Bahia.

Estive ontem, na semana passada e retrasada percorrendo a Secretaria da Infraestrutura e suas afins com alguns pedidos que já havíamos feito de iluminação e percebemos a dificuldade para se conseguir colocar para frente o programa do governo federal Luz para Todos. Porque, por incrível que pareça, o Estado não entra com nada, ele intermedeia essas ligações, intermedeia as demandas, solicita à empresa concessionária, no caso, à Coelba. Para V. Ex^{as} terem uma ideia, chegaria em torno de 120 mil ligações por ano, mas a Coelba não tem conseguido sequer ligar 60 mil. Então, este ano, ela deve bater 40 mil ligações de residências. Acredito que temos que fazer, os deputados federais principalmente, uma pressão junto às concessionárias para que possamos cumprir a meta. Muitas pessoas ainda desejam ter a sua luz, usar sua geladeira, sua televisão e não conseguem, não por causa do Estado e, sim, por causa dessa concessionária que não consegue melhorar a sua operacionalização.

Tenho certeza que esta Casa não vai se furtar e vai auxiliar para que consigamos cada vez mais ajudar a população baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Fabrício Falcão.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o meu

boa- tarde.

Para mim é um prazer estar aqui no dia de hoje falando. Passei um tempo mais em campo atuando na política das eleições municipais e agora estou novamente usando esta tribuna trazendo assuntos de relevância para esta Casa e para a Bahia.

Quero me congratular com a fala do deputado Yulo acerca da infâmia que foi proferida por diversas vezes pelo deputado Luciano.

De forma descabida e irresponsável o deputado Luciano Simões trouxe a esta Casa a discussão de que o governo troca apoio através da Sedes com Organizações Não-Governamentais, como Asas, por exemplo, que é um agrupamento de entidades muito responsáveis que têm feito um trabalho de excelência pela Bahia afora e nos Estados nordestinos.

Há muito tempo, por causa da seca que assola o Sertão do nosso Estado e o Nordeste de forma geral, era feita a política da seca através da qual os coroneis trocavam o voto pela água, humilhando o homem catingueiro, desrespeitando o trabalhador rural que precisa de um bem que é imprescindível à vida.

Nos últimos tempos, através do governo Lula, permanece no governo Dilma e no Estado da Bahia através do nosso governo, a sociedade civil é convidada a participar de ações importantes para, de forma respeitosa, dar condições de dignidade para o trabalhador morar no campo, não ter que sair do seu lugar de origem para ir em busca de emprego ou trabalhar em outros lugares. E, nesse aspecto, a ação empreendida pela Sedes com o emprego de recursos da própria Sedes e do Ministério do Desenvolvimento Social é uma ação séria, louvável e não foi feita troca de moeda por votos, foi feita uma ação responsável.

Observe, deputado Luciano Simões, que todas as ações foram referendadas em edital publicado no Diário Oficial da União, respaldadas pela Procuradoria-Geral do Estado com todas as ações legalizadas, com respeito ao dinheiro público, não sendo distribuídos recursos nem nada. Mas entidades da sociedade civil que têm história de trabalho, de envolvimento com a luta do homem no campo, têm história de respeito aos trabalhadores, puderam se cadastrar pleiteando recursos que estavam em edital na Sedes. Não foi feito nada escondido como se fazia anteriormente no governo que governou a Bahia e que, graças ao bom Deus, foi-se há muito tempo. Mas, de forma séria, responsável, respeitando as leis do Estado, da União, o edital foi publicado no Diário Oficial, no *site* da Sedes. E assim as entidades pleitearam, tiveram todo o detalhamento de como iriam trabalhar e a comissão técnica trabalhou para isso. E aqui o deputado Luciano Simões vem, de forma irresponsável, aqui colocar no lixo entidades sérias que não fazem política com o dinheiro público, fazem trabalho responsável para os que mais precisam.

Então, quero parabenizar o trabalho que a Sedes desenvolvia com o ex-deputado Carlos Brasileiro, que desenvolve hoje com uma secretária competente, que tem mãos limpas naquela Secretaria. Não tem, deputado, nada que pudesse ser colocado no ralo daqueles que outrora fizeram tanto mal a este Estado.

Neste aspecto podemos debruçar para discutir, sim, mas dentro da razoabilidade, sem blá, blá, blá, mostrando coisas que não existem, colocando para a

sociedade que os recursos foram postos em troca de voto. Não houve isso. Houve edital, houve detalhamento desde 2011 para ter o edital publicado, ter os recursos colocados em entidades que puderam ter a sua vida avaliada, com certidões, com tudo mais que o Estado determina e exige.

Neste aspecto, quero dizer que precisamos ter respeito e seriedade nesta Casa, e que temos um governo com pessoas sérias, a começar pela figura do nosso governador Jaques Wagner.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, participamos ontem da abertura do 1º Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, a ALAL.

Nesse ato de abertura, ontem, havia a presença de várias personalidades de diversos países, entre as quais o nosso secretário de Trabalho Nilton Vasconcelos, que tem feito um trabalho muito bom na Secretaria de Trabalho Emprego e Renda do nosso governo, na área do trabalho decente. Logo após a cerimônia de abertura tivemos a conferência proferida pelo professor universitário da Argentina, Dr. Luís Henrique, que é o vice-presidente da ALAL.

A conferência tinha como tema a apresentação da Carta Sócio Labora: rumo ao novo paradigma nas Relações de Trabalho, na qual ele fez uma importante abordagem sobre as relações de trabalho, a exploração e a necessidade de buscar mecanismos de redução da exploração na qual vivemos hoje, principalmente neste momento de investida do capital, ou seja, vivemos numa sociedade de exploração, numa sociedade capitalista.

Mas lá teremos também na próxima quinta-feira uma mesa redonda, da qual tenho a honra de fazer parte. Farei uma exposição na mesa redonda sobre a dignidade humana, o assédio moral e outras forma de violência no trabalho, uma proposta legislativa. Iremos debater esse tema junto com outras personalidades nessa mesa redonda.

É importante ressaltar que muitos municípios já aprovaram suas leis acerca do assédio moral, são dezenas de municípios que aprovaram suas leis a partir dessa abordagem que vem sendo feita, principalmente da Dr^a Margarida, que tem feito um bom trabalho na área do assédio moral.

Em nível estadual, estamos também tramitando vários projetos de lei em diversos estados brasileiros, sendo que em alguns já foi aprovado.

Aqui na Assembleia Legislativa da Bahia tramita, desde 2006, um projeto de nossa autoria, projeto que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta e indireta.

O seu artigo 1º diz que é proibido assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta ou indireta de qualquer dos seu poderes e instituições autônomas. O artigo 2º diz que considera-se assédio moral todo tipo de

comportamento praticado por servidor, por meio de atos repetitivos, tendo por objetivo deliberado ou não, ou como efeito, a degradação das relações de trabalho que atente contra sua dignidade ou seus direitos, afete a sua higidez física ou mental, comprometa a sua carreira profissional. O artigo 3º fala que a prática de assédio moral será processada e punida nos termos da legislação disciplinar própria do agente.

Portanto, esse é o projeto que tramita nesta Assembleia Legislativa para atingir o funcionalismo público estadual.

Esperamos que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Pedimos a compreensão e apoio dos colegas parlamentares para que nos possamos inserir nesse movimento nacional de combate ao assédio moral.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos assistem, subo a esta tribuna para fazer coro junto àqueles que me antecederam e trazer, deputado Yulo, a compreensão de que estamos, na prática, reconhecendo as diversas visões e as defesas qualificadas daquilo que os deputados têm na sua esteira ideológica, o que representam, o que defendem. Nesse caso específico relacionado às ONGs, objeto de uma denúncia recente nesta Casa, é importante, deputada Luiza Maia, que todos nós saibamos reconhecer que as frentes de trabalho não ocorrem mais, a proliferação de carros-pipa diminuiu, as cestas básicas e sua quantidade, principalmente nos momentos pré-eleitorais, escassearam, e os editais públicos com regras claras para que as entidades que, desde 1999, a exemplo da Asa, apresentaram um projeto cuja meta era construir um milhão de cisternas, baseado na história, na consciência, no aprendizado do homem da roça que aprendeu a conviver com a seca.

Essas tecnologias sociais começaram a mudar o nordeste brasileiro a partir de recursos que foram introduzidos no país a partir de países europeus, a partir da Igreja Católica, a partir da organização social, a partir da implantação de fundos comunitários, mudando essa relação. Só a partir de 2003, com o advento do governo Lula, a produção e implantação de cisternas passaram a ter uma política pública, e essa mudança incomoda, não tenho dúvida, a determinados setores da política, setores atávicos que até hoje não arredam da perspectiva e da possibilidade de ver desamarrados esses grilhões que historicamente assacavam contra a dignidade de extensas parcelas da população que não tinham condição de conviver.

É importante que essas denúncias cheguem ao Ministério Público para que, efetivamente, se mergulhe no processo para que venham à tona as verdades que estão escondidas atrás do desejo da denúncia que é feita de qualquer forma, atingindo entidades sérias. A Controladoria Geral da União manifestou-se por diversas vezes que, efetivamente, a prestação dos serviços dessas entidades deram a capilaridade necessária para que o Estado Brasileiro, principalmente a região Nordeste do País, pudesse atender aquelas famílias que não tinham possibilidade ante a precariedade da

estrutura do Estado em vários rincões do Nordeste.

É preciso que aprofundemos esse debate que mais parece uma cortina de fumaça a tentar esconder determinadas outras denúncias que aparecem também em torno de ONGs, essas, sim, que não têm história e vinculação com os movimentos sociais. Não tenho dúvidas de que essa cortina de fumaça, neste momento, será oportuna para que possamos, efetivamente, separar o joio do trigo. Não se pode jogar no lixo uma história que é vinculada a dignidade de extensas parcelas da população, principalmente a população da área rural, do polígono das secas que sempre viveram à margem do processo de inclusão.

Hoje, depois de 2003, temos uma história diferenciada. Não tenho dúvidas de que, do ponto de vista da política, isso cala mais fundo outros interesses. Na época, eles não se incomodavam e não trabalhavam para a emancipação de setores imensos e marginalizados do campo, principalmente no Nordeste brasileiro.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra a nobre deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. da Imprensa, Srs. que nos acompanham através da *Tv Assembleia*, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero pedir a sua colaboração para que os meus 5 minutos sejam garantidos, tendo em vista que vários deputados excederam o tempo de 5 minutos, e eu tenho muita coisa para falar, hoje.

Eu quero iniciar, Sr. Presidente, ainda me solidarizando com os discursos do deputado Yulo Oiticica, nosso Líder, e do deputado Joseildo Ramos sobre a repercussão do discurso do deputado Luciano Simões. As duas entidades acusadas por ele mandaram cartas para a Assembleia Legislativa, mas infelizmente não poderei lê-las, porque o nosso tempo é muito curto. Quero dizer, aqui, para as duas entidades que estou solidária. Investigar é dever nosso, é uma prerrogativa dos parlamentares, mas acusar sem provas é irresponsabilidade, é levandade. Nós já falamos, aqui, sobre isso.

Quero também, Sr. Presidente, – eu tenho muitas coisas para falar – registrar que fizemos uma reunião extraordinária, hoje pela manhã, que começou na Bancada Feminina, mas foi transferida para o Plenarinho em razão do número de representantes de entidades, dos movimentos de mulheres. Mais de 40 representantes participaram dessa reunião, na qual tratamos a respeito de uma Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Nós definimos que, no dia 29, vamos fazer um grande ato para que evidencie, para que a gente, mais uma vez, chegue as ruas para dizer que uma vida sem violência é um direito das mulheres. Nós exigimos isso. Nós queremos participar dessa vida sem violência, que é um direito nosso.

Amanhã, estaremos na reunião da Comissão dos Direitos da Mulheres, e pedimos também as deputadas que compareçam. Sexta, sábado e domingo será

realizado o encontro convocado pela UPB dos prefeitos e prefeitas eleitos e reeleitos, mas eu queria pedir as deputadas que assinem junto conosco, com a Comissão dos Direitos da Mulher e com a bancada feminina, uma carta que estamos dirigindo aos prefeitos para que também em seus municípios eles encaminhem para as câmaras o projeto de lei Anti-baixaria, porque sabemos que esta Casa, depois de muita batalha, aprovou o projeto, mas reduziu sua amplitude colocando como verba pública estadual apenas. A gente sabe que é nos municípios que a baixaria rola. A baixaria é também uma forma de violência contra a mulher, é uma forma de banalizar e naturalizar a violência contra a mulher. Como estamos neste mês dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher temos que evidenciar esta nossa batalha, porque, como já disse, temos o direito de viver uma vida sem violência.

Quero também voltar ao debate da aprovação dos projetos de autoria dos deputados. Fiz um apelo ao presidente Marcelo Nilo num dia que ele estava presidindo a sessão e ele colocou essa responsabilidade nas mãos dos líderes e eu quero então fazer um apelo a todos eles, de partidos, de bancadas, de blocos, que nos ajude. Aqui estão os Srs. Deputados: Zé Neto, Líder da Bancada do PT; Paulo Azi, Líder da Oposição; Gildásio Penedo Filho, Yulo Oiticica, Sandro Régis, Euclides Fernandes, Targino Machado, Luciano Simões, Ronaldo Carletto, Capitão Tadeu e Eures Ribeiro, que são representações partidárias.

Hoje pedi a minha assessoria que faça um levantamento sobre as outras Assembleias do País, que pegue duas ou três assembleias do Sul, do Norte e do Nordeste, porque nunca vi uma coisa dessa. Tenho 30 ou 40 anos, sei lá, como parlamentar, fui eleita vereadora pela primeira vez em meu município em 1982 e nunca vi acontecer o que acontece nesta Assembleia. Não se vota, não se chega na pauta dessas sessões os projetos dos deputados. O que a gente fica fazendo aqui? Estou extremamente incomodada com esta situação e quero apelar para esta Casa que nos ajude a descobrir em que gaveta estão os nossos projetos, porque temos, só de deputados, 19 projetos relacionados à questão dos direitos das mulheres e quero que sejam debatidos e aprovados ou não, mas não dá para apresentarmos projetos a esta Casa e ele ficar perdido em alguma gaveta de alguma comissão e não vir para a pauta de discussão.

Quero também parabenizar e agradecer o apoio dos deputados: Gilberto Santana, Adolfo Viana, Bira Corôa, José de Arimatéia, Capitão Tadeu e Álvaro Gomes por também apresentarem nesta Casa projetos que dizem respeito aos direitos da mulher. Estamos vivendo um momento de campanha, estamos vendo os índices altíssimos de violência contra a mulher e eu quero pedir o apoio desta Casa para que nos ajude tanto nesta batalha de combate à violência contra a mulher como para descobrirmos onde estão os projetos para serem colocados em pauta para discutirmos e aprová-los ou não.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Zé Neto, pelo tempo de 25 minutos.

(Vários Srs. Deputados pedem aparte.)

Sr. Presidente, infelizmente temos que utilizar o tempo em razão da necessidade de esclarecer determinadas situações que são levantadas na Casa e que, evidentemente, retratam denúncias. Eu preferi esperar, ouvir, e, pacientemente, pegar os discursos feitos pelo deputado Luciano Simões, para com tranquilidade esclarecer toda a Casa sobre os fatos que foram relatados, os quais estão elencados em seus discursos.

Primeiro, toda a denúncia se pautava na existência de irregularidades nos editais da Sedes e da Seagri. O edital da Sedes visou selecionar 24 projetos, que indicam ações perfeitamente destinadas a contribuir para a segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores do Semiárido baiano. Os projetos que indicam construções e desenvolvimento de estruturas hídricas, diversificadas, para as diversas formas de captação, armazenamento e utilização sustentável de água fluvial; realização de atividades de sensibilização e capacitação de famílias e também do desenvolvimento tecnológico e social para as práticas produtivas em nosso sertão, especialmente no momento da seca. Esses convênios estão plenamente abastecidos de legalidade. Inicialmente, um dos pontos mais tocados pelo deputado Luciano Simões era que não havia publicação e quais eram as entidades.

Estou aqui com o *Diário Oficial* dos dias 27 e 28, na parte da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, com o resumo dos convênios. Claro, no *Diário Oficial* são apresentados os resumos. Estão muito claros os resumos e as entidades. O dia 29, no seu resultado final, estão, aqui, elencadas as entidades, com todas as finalidades. Enfim, nada que não esteja consoante com toda a legislação vigente.

Toda a legislação vigente foi obedecida e nós, inclusive, temos um fato que é bom levantar, que trata da questão do Ministério Público, que já havia recebido essa denúncia. Essa denúncia foi respondida por ofício, ao Ministério Público, pelo secretário da Agricultura do Estado. Ele tratou minuciosamente do assunto, ponto a ponto.

O deputado Luciano Simões, em parte, requeitando o que já havia dito e trazendo novos fatos, não trouxe nenhuma novidade do ponto de vista da norma e da lei. Ao contrário, esquecia, que, por exemplo, com relação à ATER, a lei de responsabilidade da Seagri, foi aprovada nesta Casa por unanimidade, inclusive com o voto do deputado Luciano.

Aqui, posso dizer até que a nossa lei, de 23/12/2011, instituía a política da ATER, com a responsabilidade da Seagri, e logo em seguida a norma estadual foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 13.769, de 16/03/2002, salientando, deputado

Luciano, que é oportuno lembrar que esses dois diplomas mencionados seguem a mesma disposição do artigo 19 da lei federal.

A contratação de serviços de ATER será realizada por meio de chamada pública. A lei é clara; é muito clara também a lei federal. E essas chamadas públicas serão destinadas a classificar propostas técnicas apresentadas por entidades executoras.

Vale salientar que a Seagri estabeleceu convênios... Conforme a denúncia, houve convênios, sobre isso aí não há nada a ser retirado. Agora, é bom lembrar que a secretaria procedeu às contratações, deputado, mediante chamada pública para efetivar apenas as melhores. Nessa medida, constitui lembrar que as condições necessárias para viabilizar as políticas públicas passavam pela lei e por essas contratações. Portanto, nada que não tivesse plena garantia legal, transparência e, inclusive, publicação de todos os extratos no *Diário Oficial*.

É possível que tenha havido um excesso de V.Ex^a em minúcias talvez necessárias para a compreensão de quem quer apurar, mas não necessárias para a compreensão legal de quem quer fazer as publicações acontecerem no prazo devido.

Portanto, todas as publicações foram feitas. V.Ex^a até chegou a afirmar que o secretário da Agricultura disse que ia refazer as publicações, o que também não é nada de diferente do que possa acontecer dentro da normalidade.

O senhor reclamou: “Olha, ficou faltando aqui um determinado item”. Ora, para esse item, evidentemente, não havia nenhum requisito legal para que fosse publicado. O requisito exige que seja publicado o nome da entidade, o valor do contrato, o objeto do contrato. Mas V.Ex^a queria a localidade que os recursos iam ser aplicados e algumas outras coisas que dizem respeito a detalhes. Todas elas estavam publicadas no *site* e também estavam à disposição de qualquer pessoa que quisesse ter acesso a essas informações.

Em nenhum momento foram negadas informações. Ao contrário, trago para V.Ex^a a cópia de todos os *Diários Oficiais*; trago não só as cópias dos extratos, mas também de cada contrato, de cada convênio, com todos os objetos delimitados, os valores, todas as questões que dizem respeito aos esclarecimentos que V.Ex^a necessita.

Faço questão, inclusive, de dizer a V.Ex^a que trouxe um histórico, com toda a nota esclarecedora, para que não fique nenhuma dúvida sobre esse importante empreendimento. Essa ação visa enfrentar um momento de muita dificuldade com relação à seca e à necessidade de termos mais aparato técnico, mais recursos hídricos, mais assistência para todos os irmãos nossos que passam por terríveis dificuldades, principalmente nos rincões do interior, por causa da seca.

No mais, quero salientar que V.Ex^a tratou desses assuntos em um tom que, no meu ponto de vista, não é o deve ser usado aqui. Ultimamente, esta Casa tem evoluído, em parte, no que diz respeito ao relacionamentos dos pares. Claro que com uma nota dissonante ou outra, porque infelizmente não há como termos 100% de harmonia. Na verdade, não vamos ter nunca, tratando-se de uma Casa que tem tantos pensamentos diferentes.

Mas quero dizer-lhe que trago aqui todas as informações fundamentais para o esclarecimento das denúncias que V.Ex^a fez. Todas as prestações de contas estarão apresentadas não só em nível de governo federal, mas também de governo estadual.

Precisamos fazer com que todos os procedimentos contratados cheguem a uma execução que, no mínimo, possa nos dar a condição de termos 20% do projeto realizado agora no final do ano. Essa é uma das condições – não é isso, deputado Brasileiro? – para que possamos continuar a receber os recursos federais na execução desses projetos, que são essenciais para o enfrentamento da seca.

Diga-se de passagem, essa mesma Oposição fez aqui diversas afirmações dizendo que o Estado precisava agir, que recursos do governo federal deveriam vir mais rapidamente, que a situação da seca havia se alastrado. Nós concordamos com tudo isso. E a nossa atitude foi a de trazer, inclusive, todos os contratos feitos com as chamadas públicas da ATER.

E também devemos chamar a atenção para outro fato: estamos agindo no interior, buscando e executando os recursos federais. Enfim, estamos trabalhando para termos a convivência com a seca.

E esse é um fato que também tem de ser relevante, até porque quando aqui aprovamos, em 2011, a lei estadual, ela foi aprovada por unanimidade, porque ninguém tinha dúvida de que era fundamental que tivéssemos um diploma legal que facilitasse, viabilizasse e desse celeridade aos processos de contratação de empresas que pudessem nos ajudar a combater esse momento difícil. Isso foi feito na Seagri, e não foi diferente também na Sedes.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Portanto, Sr. Presidente, temos algumas inscrições...

Pode falar deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Zé Neto, quero parabenizá-lo por sua ida à tribuna e gostaria de acrescentar alguns aspectos que considero interessantes. Na fala de alguns deputados de Oposição ficava claro que a denúncia também se fundamentava como se essas entidades estivessem a substituir não só a capacidade de trabalho como também os objetivos de empresas do Estado da Bahia, a exemplo da Cerb, da EBDA, da CAR, que já teriam sob a sua responsabilidade a condição de fazer os diversos objetos dos convênios que foram celebrados, enfim.

Ocorre que as entidades ligadas à ASA e as outras ONGs que fazem a assistência técnica e extensão rural fazem exatamente nas lacunas, naquelas condições em que a Cerb, a CAR e a própria EBDA não teriam possibilidade e a capilaridade necessária para poder fazer no enfrentamento concreto dos efeitos da seca que já é considerada a maior seca dos últimos cinquenta anos.

É bom dizer que essas tecnologias sociais, além de tudo, fortalecem a organização comunitária e, do ponto de vista da política, emancipam parcelas consideráveis da população que estão sujeitas ao fenômeno da seca. Não tenho dúvida, traz um outro momento, uma pequena evolução que está sendo operada no Estado da Bahia e nos estados do Nordeste.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado, trazendo mais esclarecimentos, quero salientar ao

deputado Luciano que a lei que aprovamos aqui, com fulcro na lei federal, “*Trata-se, pois, de hipótese legal de dispensa de licitação, prevista no art. 59, XXIV, da Lei nº 9.433/05, todavia, optou o legislador na Lei nº 12.372/11*” - lei estadual aprovada nesta Casa – “*por fixar a obrigatoriedade de prévia seleção, denominada chamada pública...*”

A lei que estamos a utilizar, chamada pública, para escolha do contratado, é muito clara, que é a lei nº 12.372/11. Essa lei estadual, no art. 59, aprovada, inclusive, por V.Ex^a, já que foi por unanimidade da Casa, diz exatamente o seguinte, deputado Luciano(Lê):

“Art. 59 – É dispensável a licitação:

XXIV – na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, instituído por lei estadual.”

Essa é a formulação que dá pertinência a todos os contratos que foram celebrados. Portanto, V.Ex^a está aqui agora ouvindo de bom tom a resposta sobre a denúncia de ilegalidade de contratação por falta de licitação.

Aqui também vale salientar e contextualizar que os programas objeto dessa denúncia estão abastecidos na lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Essa lei institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e estabelece, no seu art. 19, que a contratação de serviço da ATER será realizada por meio de chamada pública.

Esse art. 19 é claro demais: (lê) “*A contratação de serviço da ATER será realizada por meio de chamada pública, que conterà, pelo menos:*

I – o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e subscrita;

II - a qualificação e a quantificação do público beneficiário;

III - a área geográfica da prestação dos serviços;

IV - o prazo de execução dos serviços;

V - os valores da contratação dos serviços;

VI - a qualificação técnica exigida dos profissionais...;

VI - a exigência de especificação pela entidade que atender à chamada pública...;

VII - os critérios objetivos para seleção da Entidade Executora.”

Todos esses critérios foram observados. E na esteira da normativa federal foi editado aqui no Estado da Bahia a lei nº 12.372, de 23 de dezembro de 2011. Aprovada, saliento mais uma vez, pela unanimidade desta Casa.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado?

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre Líder da Maioria e do governo, deputado Zé Neto, gostaria de reiterar as nossas crenças, diria, os nossos valores com relação ao papel das ONGs, das entidades de interesse social na parceria com o Estado.

Parabenizo os esclarecimentos técnicos que V.Ex^a presta à imprensa, à Assembleia Legislativa e ao povo da Bahia, com dados e informações que mostram

tudo claramente. É natural que a Oposição exerça o seu papel de controle, de vigilância em relação ao governo. Mas nós temos também aprendido que muitas vezes a Oposição, de forma espetacular, como diria meu amigo filósofo de Vitória da Conquista, de forma a querer atrair a atenção para si, não traz elementos positivos.

Na verdade, não se trata de denúncias; trata-se da imaginação do deputado Luciano Simões. Este, vendo os editais, imaginou que pudessem acontecer alguns fatos. Denúncias são fatos, são comprovações, são elementos positivos. A partir daí as providências. Mas, a rigor, o que o deputado viu até agora foram os editais, os resumos dos convênios publicados no *Diário Oficial*.

Então não há o que denunciar, porque está tudo comprovado, tudo explícito no *Diário Oficial*. V. Ex^a está de parabéns. Agora, no fundo, o debate que devemos travar é sobre a concepção que subjaz ao raciocínio de determinados colegas da Oposição que não querem ampliar a sociedade. Querem, sim, um Estado reduzido.

Queremos um Estado amplo, democrático, no qual a sociedade possa intervir construindo seus próprios destinos.

Repito, está de parabéns V.Ex^a por essa intervenção que faz nesta tarde no Grande Expediente.

O Sr. ZÉ NETO:- Queria lembrar também, deputado Zé Raimundo, que um dos aspectos dessa denúncia trata de nominar pessoas, como a deputada Kelly, o deputado Waldenor, parlamentares ilibados que sempre tiveram correção nas suas atitudes aqui na Casa, consoantes com uma conduta correta, que é o que esperamos dos pares nesta Casa.

Mas nada a pontuar com relação a nomear pessoas. Até porque isso ficou bem claro ontem, quando, numa atitude aí elogiável, o deputado Luciano Simões tratou de fazer com que as coisas fossem recolocadas.

Parabéns, deputado, por sua posição. Mas vale lembrar, deputado Luciano, que, além de a contratação do serviço da ATER estar perfeitamente amparado pela legislação, os trâmites de toda essa contratação obedeceram ao que estabelece a lei nº 9.433/2005, o Decreto-Lei estadual nº 9.264/2004, e a lei federal da licitação que é a de nº 8.666/93 em consonância com a portaria da Sedes nº 128, de 2012, e todas as diretrizes constantes no edital referido.

Aliás, V.Ex^a, quando citou o edital 003/2012, porque algumas colocações remetem para o 003/2012, esse edital, que parte da sua denúncia remete a ele, foi devidamente analisado, validado pela Procuradoria-Geral do Estado, publicado no *Diário Oficial* em julho de 2012, e é bom lembrar, bem antes do período eleitoral corrente.

As celebrações dos primeiros convênios desse edital se deram em 10 de outubro de 2012, logo após as eleições, fato que demonstra total independência das contratações dos serviços da ATER na campanha eleitoral. Em 16 de outubro de 2012, foi publicado no *Diário Oficial do Estado* a homologação do resultado do processo de seleção pública iniciado com o edital da Sedes nº 003/2012.

(Lê) *“A publicação tem a classificação e o nome da entidade que atendeu a todos os requisitos constantes no supracitado edital, a despeito do que o deputado*

Luciano Simões afirmou em seu discurso: 'O convênio da Sedes não diz o local, deputado J. Carlos, não diz a destinação, e simplesmente publica o nome da ONG. Se lê 5 milhões 365 mil para cada ONG fazer o que faz a Cerb'.”

E por aí vai, estou pegando um trecho aqui, inclusive onde V.Ex^a cita o nome do deputado J. Carlos, chamando a atenção dele para a irregularidade que teria acontecido, e chama a atenção dele dizendo que esse empreendimento deveria ser realizado pela Cerb. Ora, o que é que tem de ilegalidade? A Cerb tem a condição de dar atendimento, deputado Fabrício, em pleno estado de seca, na crise que estamos, e foi no Brasil inteiro, onde aconteceu a seca, que o governo federal, através da União, do Ministério do Desenvolvimento Social, liberou 122 milhões, 370 mil e 200 reais. São recursos que precisavam ser liberados para que tivéssemos aqui a condição de enfrentar as dificuldades da seca. O recurso total da União, nesse caso, foi de 122 milhões, 370 mil, 200 reais e 95 centavos, o valor exato da liberação feita para o Norte e Nordeste.

Quero dizer a V.Ex^a que a homologação do resultado final da seleção foi publicada, a lista de fato não traz a localidade em que está instituída a ação, que seria um dado repetido, pois o *Diário Oficial* do dia 29, que eu pedi a V.Ex^a que olhasse, dia 29/08/12, teve a publicação que V.Ex^a reclamava, e quero dizer que no *Diário Oficial* do dia 29, essas reclamações, inclusive a que V.Ex^a fez, eram mais uma necessidade de repetição, porque no dia 29/08 a publicação ocorreu e lá havia os nomes das entidades, bem como onde se localizavam, e V.Ex^a esqueceu, portanto, de acompanhar todas as publicações, já que o que V.Ex^a reclamava tinha também sido publicado.

Por fim, finalizando a parte da Cerb, quero dizer que numa outra situação V.Ex^a faz a denúncia afirmando que seria competência da Cerb e não haveria necessidade de se selecionar ONGs para sua efetivação.

(Lê) *“Ocorre que os serviços contratados não são de perfuração de poços e extensão de água, atividades inerentes à Cerb. O edital Sedes nº 003/2012 solicita a apresentação de 24 projetos que indiquem a construção e desenvolvimento de estruturas hídricas diversificadas.”*

Diversas estruturas hídricas, a depender das questões regionais, geográficas, temporais e também das adaptações necessárias.

Com o aparte o deputado Fabrício e depois o deputado Yulo.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Pensava que ainda teria 16 minutos. Então, concluindo, quero agradecer os apartes, desculpe, deputado Fabrício, deputado Yulo, eu olhei, pensei que ainda restavam 16 minutos.

Mas fica respondido, desculpe, queria até avançar, quando olhei pensei que tinha 16 minutos. Peço desculpas aos deputados que não puderam fazer os apartes. Obrigado ao deputado Zé Raimundo pelo aparte, obrigado aos que fizeram apartes.

Dizer, deputado Luciano, toda documentação que necessitar para esclarecer os fatos que foram elencados por V.Ex^a, estarei disposto a trazer à luz para que V.Ex^a, evidentemente, possa ter as informações que requer. As situações que foram

denunciadas, para mim estão dentro de uma situação que precisa apenas de esclarecimento. Aqui fica à sua disposição para que situações como essas, antes de serem objeto de denúncias, sejam objeto de análise, de observação e também de diálogo. Tenha certeza de que se V.Ex^a tivesse vindo a nós, a algum de nós do governo, especialmente ao líder que agora vos fala, eu teria me esforçado para esclarecer todas as situações que agora o faço com as normas nas mãos, com os diários oficiais nas mãos, com os resumos nas mãos. Com todo o detalhamento que agora, evidentemente, haveremos de acompanhar as execuções até o fim do ano para que possamos cumprir a meta de 20% e conseguir no ano que vem fazer com que em parte de sua denúncia que foi relativa a editais da Sedes e da Seagri, tenhamos o sucesso que espera a Bahia e que esperam os sertanejos, que nesse momento enfrentam com tanto rigor essa seca que ora nos atinge.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Horário das Representações Partidárias. Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, vai falar a deputada Kelly Magalhães por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Por 10 minutos, falará a nobre deputada do Partido Comunista do Brasil, representante da região oeste da Bahia, a nobre deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, saudar a todos e cumprimentar o pessoal da imprensa que sempre nos acompanham aqui, na Assembleia, parabenizar a deputada Luiza Maia pelo evento realizado hoje pela manhã com os mais diversos segmentos da sociedade baiana para discutir os 16 dias de Ativismo pelo combate à violência doméstica e familiar que, infelizmente, tem feito tantas vítimas e atingido tantos lares na Bahia, no Brasil e no mundo. Realmente é preciso chamar a atenção da sociedade sobre isso. E os valores, porque quando um homem bate em uma mulher machuca toda uma família.

Trago essa campanha para cá. Comuniquei à deputada Luiza Maia que desde ontem a cada notícia de uma mulher agredida, eu posto imediatamente no facebook, como forma de chamar a atenção para que as pessoas possam refletir sobre essa ação, e a gente criar, de certa forma, uma cadeia e uma corrente positiva que venha acabar com essa infâmia que ainda atinge a sociedade brasileira. Infelizmente, acontece não só no Brasil, na Bahia, mas em vários lugares do mundo, mas é nosso dever atuarmos onde nós estamos.

Portanto, queria, realmente, reforçar, convidar os homens a fazer fileiras que não sejam apenas os 16 Dias, mas que o combate contra a violência moderna seja parte do cotidiano, seja parte do dia a dia e um alerta, porque as consequências são graves para a família toda.

Queria, Sr. Presidente, dentro desse conceito de violência, aproveitando o breve tempo que tenho, por isso pedir para falar nos 10 minutos, e nós hoje estamos,

também, tratando da violência nas escolas tanto na rede particular de ensino quanto na rede pública; estamos com um projeto para ser discutido em parceria com a Polícia Militar, com os órgãos da sociedade civil organizada, Assembleia Legislativa e o governo de mão dadas para evitar a violência que também chega nas escolas e atinge a juventude baiana e precisamos unir forças para isso.

Portanto, teríamos hoje uma audiência com o Comandante da Polícia Militar, mas por conta da votação na Assembleia remarcamos para amanhã, mas queremos compartilhar aqui no Plenário da Assembleia essa campanha e esse projeto que vamos levar para toda a Bahia, de forma a criar consciência e fazer com que a escola seja um lugar seguro para os alunos e não um lugar de medo.

Falando em medo, quero falar, infelizmente, de episódios de bandidagem, episódios violentos que tomaram conta do Oeste nessa semana que passou. Em Lapa um caixa eletrônico foi explodido com dinamites. O que vimos foi um verdadeiro terror para toda aquela cidade, bandidos sequestrando o gerente do banco, de casas lotéricas, da mesma forma que aconteceu na cidade de Correntina.

Portanto, o Oeste da Bahia, infelizmente, traz essas notícias que são ruins para a sociedade e para a segurança pública e mostra, de fato, que precisamos reforçar a segurança e trazer um debate que mostra que a profissão de bancário ainda é, hoje, uma profissão de grande risco para muitas pessoas que vão trabalhar nesse setor, que além de serem afetadas pelo pânico ainda correm o risco de terem que sobreviver a uma situação como essa.

Quero me solidarizar com todo o povo de Correntina nesse dia de terror que as famílias viveram quando aconteceram assaltos a bancos e casas lotéricas numa ação orquestrada, organizada, do crime organizado mesmo, que atacou a cidade como um todo, portanto, são vidas que estavam em jogo e a Polícia Militar do Estado da Bahia já deslocou, inclusive, helicópteros, membros da Secretaria de Segurança Pública para ajudar na captura dos bandidos que participaram desse evento e queremos que haja repressão como forma de combater a violência, porque crimes como esse, da estrutura e da monta como o que aconteceu em Bom Jesus da Lapa e na cidade de Correntina não podem ficar impunes, sem uma resposta para a sociedade.

Portanto, é preciso que a Secretaria de Segurança Pública aja com mais rigor, com precisão, com mais rapidez para que tenha a resposta e aqui a Bahia não seja uma terra onde a violência acontece e não se tem a resposta e os bandidos passeiam e façam as ações mais atroz e voltem sem ter uma resposta imediata. Portanto, quero aqui me solidarizar tanto com o povo de Lapa quanto de Correntina que sobreviveram a esses momentos de terror nesses dois municípios na semana que passou.

Hoje está em pauta, recebemos aqui o release sobre o projeto de lei que vai ser votado que é o 19830/2012, que cria a Agersa. Dizer que é oportuna a criação da Agersa. Gostaria que realmente, a partir da criação dessa agência reguladora, pudéssemos discutir com a sociedade baiana a taxa de esgoto que é cobrada do povo, que é altíssima, 80% não é compatível, e olha que foi criada por decreto, ainda no governo Paulo Souto e que não foi regulamentada essa cobrança no governo de Wagner.

Portanto, acredito que a Agersa vem num bom momento para se discutir e de fazer como se faz a tarifa social com a energia elétrica, com a água através da Embasa, e de fazer a mesma coisa com a tarifa de esgoto que é cobrada da população baiana no valor de 80%. É preciso cobrar pelo serviço, eu considero, porque, de qualquer forma é um serviço igual ao de água, ao da iluminação pública, mas é preciso que aja também uma tarifa social, porque, às vezes, chega a ser extorsivo para algumas famílias pagar 80% da taxa de esgoto. Portanto, eu creio que esse projeto que nós estamos em discussão, hoje, na Casa, que traga embutido, no seu seio, essa discussão, que a gente tenha a capacidade de discutir os valores cobrados - sei que na Casa já tem uma proposta de um Projeto de Lei nesse sentido - mas eu proponho que tenhamos essa discussão de se criar uma taxa, de se criar uma medida em que se ofereça a cobrança adequada à realidade econômica e social de cada um do povo baiano.

Era isso que eu queria falar, e agradeço a todos pela oportunidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao nobre deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, mais uma vez subo a esta tribuna, alegre com Jesus por tudo o que Ele tem feito pelo mundo inteiro e pelo que Ele representa na minha vida. Por isso, não posso deixar de estar sempre recitando um versículo da Palavra de Deus, que é a Bíblia Sagrada, o Livro dos Livros.

A Bíblia diz que o salmista falou, que grandes coisas fez o Senhor por nós, e por isso estamos alegres. Naquele momento, o salmista louvava ao Deus de Israel, porque Deus estava lhe dando o livramento das perseguições, estava lhe dando o livramento dos sofrimentos. De forma que o Deus que o salmista estava ali exaltando não seria um Deus de madeira, um Deus de barro, um Deus que necessita ser carregado, iluminado, ou até um Deus daqueles que ainda tem alguém que precisa ir botar um alimento numa cuia, uma água e, às vezes, até um vinho, um aperitivo. É o Deus, Criador do Céu e da Terra, é o Deus que criou todas as coisas, que nos criou para adorá-lo.

Mas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vim também aqui para expressar a minha angústia, a minha tristeza, pela hipocrisia nacional das autoridades, com o trato aos dependentes químicos na nossa Nação. É claro que por questão de justiça, não digo no Estado, porque não posso deixar de reconhecer o sempre positivo apoio do governador Jaques Wagner, através da Sedes, primeiro com o ex-secretário Valmir Assunção, e em seguida, também, pelo hoje deputado Carlinhos Brasileiro, que está

conosco aqui, mas que, quando secretário, também, procurou verificar a correição da nossa entidade, e em seguida cumpriu, também, com a vontade do governador.

Mas, a angústia que tem tomado conta de mim é que eu tenho, a cada dia que passa, Srs. Deputados, descoberto que recuperar dependente químico não é, simplesmente, lhe dar um feijão, uma farinha, não é, simplesmente, lhe dar a dormida, não, é, simplesmente, lhe fazer o acolhimento.

Eu tenho convicção de que é possível recuperar dependente químico, quanto mais dos perfis que nós temos internados na nossa instituição, entre as quase 1.216 pessoas, jovens de 12 anos de idade. É lamentável, mas mulheres de até 11 anos de idade vitimadas pelo crack, com o nariz danificado, ferido pelo cheiro de pó de cocaína. Homens de 11,12, 13, 14 anos de idade, que até parece que já estão no fim de suas vidas, quando na verdade ainda são adolescentes. A sociedade, a nação, o estado precisam apostar as fichas na área de educação, as fichas na área social, e volto a dizer: não é só dar feijão, farinha; não é só colocar um psicólogo, assistente social; não é só entregar um psiquiatra para empurrar Rivotril, Ampiquitril, “miseratril, desgraçatril”, empurrando medicamentos nas pessoas por falta de carinho, por falta de afeto, por falta de dar aquilo que lhes faltou quando foram para as drogas.

A maioria dos dependentes químicos, Srs. deputados e deputadas, são vítimas da falta, inclusive, do limite, do não pode isso, não faça isso. Às vezes estamos facilitando para nossos filhos e netos, estamos afagando na hora errada e me lembro de alguma coisa que o Che Guevara falava muito, de que haveremos ou havemos de endurecer, sem perder a ternura, jamais, e é assim que tenho feito o trabalho na Fundação Dr. Jesus.

Eu não sou lá ninguém parecido com Jesus, pelo contrário, para fazer aquele trabalho junto àqueles dependentes químicos, muitas das vezes me pareço muito mais com Satanás, quando deveria me parecer, certamente, com o Senhor Jesus, pela sua bondade e pelo seu afeto, seu carinho. Tenho dito que lá sou quase um carrasco, porque se eu quiseser ser uma Madre Tereza de Calcutá ou uma Irmã Dulce, perderemos o tempo com eles, porque sairão por causa das leis e legislação esdrúxula, às vezes do estado federado ou estado municipal, que não entende patavina de recuperação de dependente químico.

Então, temos, sim, de impor limites, porque foi justamente a queda de limites que levou essas pessoas para as drogas.

O Sr. Carlos Brasileiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Eu concedo, sim, o aparte ao meu muito digno Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, deputado Roberto Carlos, deputado Isidório, demais deputados, eu queria só aqui colocar o testemunho do trabalho que o nobre deputado exerce. Eu acho que, independentemente de que as normas que hoje são vigentes em nosso país, em nosso estado possam estar sendo atendidas na sua plenitude, a abnegação que V.Ex^a tem com seu trabalho e toda sua equipe, testemunhada por nós, é merecedora dos investimentos de recursos públicos, como

está sendo efetivado.

Eu passei pela Secretaria, pude visitar por duas vezes a sua entidade, e firmamos um compromisso com aquelas pessoas e com as famílias daquelas pessoas, de que os recursos não deixariam de chegar, porque vimos ali um trabalho profícuo de recuperação de pessoas que, na maioria das vezes, infelizmente, foram renegadas até pela própria família.

Então, que o senhor continue com seu ímpeto, com esse entusiasmo de fazer esse trabalho, que muitos de nós desta Casa, que às vezes no discurso fácil da retórica, dizem que é fácil resolver, mas não se propõem a contribuir, sequer, com a visita para poderem ver a situação do trabalho que o senhor executa naquela entidade.

Então, parabéns, minha fala é de entusiasmo também por perceber que ainda existem pessoas como V.Ex^a e toda a sua equipe que se dispõem a cuidar de pessoas fragilizadas, totalmente esquecidas, inclusive pelo Poder público, e devolvê-las à sociedade com dignidade. Parabéns, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

O Sr. Cacá Leão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Concedo o aparte também ao deputado Leão Filho.

O Sr. Cacá Leão: - Deputado Pastor Sargento Isidório, pedi um aparte a V.Ex^a, serei breve para não ocupar muito o seu tempo, para fazer coro ao que disse o deputado Carlos Brasileiro. Tive a oportunidade de conhecer a Fundação Doutor Jesus. Vi como V.Ex^a leva aquele trabalho com amor, com carinho. As pessoas que estão ali onde V.Ex^a faz atendimento são apaixonadas por V.Ex^a e por sua família. Então, não poderia ouvir o seu depoimento, ouvir o depoimento do colega deputado Carlos Brasileiro e me calar neste momento. Parabéns pelo brilhante trabalho que V.Ex^a e sua esposa fazem naquela Fundação.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Obrigado, deputado. Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento. Srs. Deputados, a angústia que trago aqui hoje nesta tribuna é que este mês fui informado de uma dívida de quase 800 mil reais. Fui forçado a parcelar uma dívida de encargos sociais de 800 mil reais ao governo Federal, ao INSS, sendo tratado como empresário, e é o que sou, uma entidade aonde chegam pessoas, dia e noite, de segunda a segunda. Quando peço alguma coisa, querido deputado de Feira de Santana...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) peço que tragam um colchão ou uma roupa de cama pelo excesso de pessoas. Até hoje não consegui, apesar de atender desde 2009. A Lei de Filantropia simplesmente nos é negada pelo governo Federal.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos): - Para concluir, Excelência.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Agora, estou tendo que tomar providências, e não sei que tipo de providência, para arcar com uma dívida de quase 800 mil reais de uma obra de recuperação de pessoas que vêm das ruas vitimadas pelas drogas.

Portanto, quero deixar o meu apelo ao presidente desta Casa e também a S. Ex^a o governador, que tem parceria em Brasília, para ajudar a Fundação a conseguir sim ser incluída na Lei de Filantropia. É praticamente um crime cometido pelo governo Federal forçar um pai de 7 filhos...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) com mais 1.200 pessoas internadas a fazer engendramentos para pagar quase 17 mil reais por mês para que a Polícia Federal não feche uma entidade que está lá aberta para tirar as pessoas da delinquência. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo: - Falará o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- O horário será utilizado pelo deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, companheiros, servidores, Senhores da Imprensa, venho aqui para registrar um documento em que a Articulação Semiárido, através da sua coordenação, esclarece diversos pontos que são fundamentais para nos contrapormos ao que foi colocado aqui nesta tribuna por um deputado. Alguns falam que foi irresponsabilidade e outras coisas, a mim não interessa julgar os motivos que levaram o deputado a atacar entidades como arquidioceses, associações, como o MOC, na qual tive a oportunidade de estagiar como estudante de agronomia em 1978.

Então essas entidades têm serviços prestados à sociedade brasileira e, principalmente ao Semiárido, serviços prestados ao segmento mais pobre da população. Dos 16 milhões que vivem em pobreza extrema neste País, 8 milhões vivem no campo e a sua maioria no Semiárido. Essas entidades têm longevidade, sobreviveram ao período da ditadura, prestando um serviço ao povo brasileiro.

Gostaria que esta carta, este documento da coordenação, fosse transcrito para os anais desta Casa, inclusive, num dos pontos fundamentais deste documento eles colocam que têm convênios, por todo Nordeste brasileiro, com governos do PSDB, do PMDB, do PSB, com todos os governos. E todos esses convênios passaram por auditorias da CGU e do TSU que atestaram a legalidade, o cumprimento de metas na construção das cisternas, no atendimento aos beneficiários do programa, nos recursos públicos que foram aplicados de forma eficiente, Sr. Presidente. A CGU e o TSU atestam de forma clara, porque eles auditaram todos os convênios.

Então a quem interessa atacar um programa que se transformou em política pública

justamente graças a luta do povo do Semiárido que desenvolveu uma tecnologia social para sobreviver aos efeitos da seca? Essa tecnologia foi desenvolvida sem o apoio dos governos naquele momento. Nada justifica querer

desmoralizar uma das poucas políticas públicas que chegam aos homens e mulheres pobres tão explorados do Semiárido pela elite carcomida, essa direita que hoje se assanha porque teve vitória numa prefeitura. E aí vem e vê esse espetáculo da televisão e vêm para aqui também querer desmoralizar uma política séria desenvolvida no seio do povo, com muita luta, com muito sacrifício, porque aqui não cabe a nenhum deputado desconhecer a miséria que vive o Semiárido que, infelizmente, não conseguimos transformar.

Então procurem outra coisa, ataquem deputados, mas não ataquem o povo na sua dignidade. Essas entidades são muito sérias, deputado. As arquidioceses, o povo organizado, o MOC que tem 45 anos de idade lutando, organizando de forma pedagógica, num trabalho paciente junto ao povo do Semiárido do nosso Estado que quase nada tem.

A importância de uma cisterna só compreende quem sabe o que é viver nas condições do Semiárido brasileiro que tem uma das maiores populações dispersas do Semiárido do mundo. E esse instrumento de captação barato, feito com tecnologia desenvolvida pelo próprio povo, com conhecimento aproveitando a mão de obra local, criando oportunidades de emprego, ensinando a gerenciar recurso público. Porque ali não é só uma obra pública, não é só uma obra de engenharia; é também a oportunidade de gerenciar o recurso hídrico, de manuseá-lo. Então, nos cabe apoiar.

Precisamos trabalhar. É preciso que esse povo conheça o que está sendo discutido nesta Casa, para que possa criar seus instrumentos de defesa. Pecamos aí, porque nos cabe abrir os olhos desse povo, ajudar cada vez mais para que possa se defender de calúnias como essas, que levam à confusão, à desorganização.

Infelizmente, nesta Assembleia, que deveria ser uma Casa para educar politicamente, para ajudar o avanço da sociedade, surgem questões como essas, justamente atacando aqueles que menos têm condições de defesa nas suas organizações. Estas conseguiram construir esses instrumentos ao longo do tempo, com muito sacrifício. Depois de muito custo – mesmo no nosso governo –, conseguiram transformá-los em uma política pública, deputado Carlos Geilson. A própria Federação Brasileira de Bancos, antes de o governo apoiar, já apoiava esses instrumentos de capacitação de água. Esses programas não foram desenvolvidos por nenhum governo, não; o foram pelo povo organizado.

Acho que deveríamos ter mais respeito aqui, deveríamos agir com muito mais responsabilidade. Em vez de se querer desqualificar e desmoralizar, deveriam qualificar, dar importância, alargar e aumentar, sim, os recursos para que esse programa tenha mais dimensão. Já deveríamos ter atingido há muito tempo 1 milhão de cisternas. E viemos passo a passo trabalhando muito, praticamente nos arrastando.

Então, deputado, vamos ajudar o que vale a pena, vamos trabalhar no sentido de resolver de forma definitiva a convivência do homem com o Semiárido. E assim, com certeza, melhorar a qualidade de vida da maioria do povo do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente. Gostaria que este documento fosse transcrito nos Anais desta Casa. Nele, a Articulação do Semiárido, através da sua coordenação da Bahia, se defende dos ataques que aqui foram feitos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Luciano Simões, o parlamentar que mais fez prefeitos na Bahia, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, neste momento, não vou responder aos combativos deputados e amigos Yulo Oiticica, Zé Raimundo, Marcelino Galo e Fabrício Falcão, porque eles trataram aqui do trabalho parlamentar, que é representar suas classes e também sua regiões. Então, estão no verdadeiro direito de exercer os seus mandatos. O assunto que foi tratado aqui não tem relação com o que foi demonstrado pelo meu amigo Yulo Oiticica, apesar da maneira fluente com que ele se posta na tribuna.

Na realidade, sobre o fato concreto, tenho a debater e a discutir com os deputados Joseildo Ramos e o líder do governo Zé Neto, que trataram do assunto que realmente eu tratei desta tribuna. Eu não denunciei entidades, não denunciei deputados em algum momento. Os *blogs* estão aí, como maior prova, logo após o meu pronunciamento.

Respondendo aos deputados Joseildo Ramos e Zé Neto. O que ocorreu? Primeiro foi feita uma denúncia nas eleições passadas, deputado Yulo, quando o governo celebrou com essas entidades, essas ONGs e associações - já tirados 1 bilhão e 200 milhões – 370 milhões. Antes, no último dia em que poderiam entidades conveniarem com o Governo do Estado em eleição estadual.

Nessas eleições agora, coincidentemente no último dia também, deputada Maria Luiza, celebra o Governo do Estado 44 milhões em convênios com ONGs e com entidades, não importa qual seja. Com isso, não restou outro caminho à oposição, deputado Carlinhos Brasileiro, senão encaminhar ao Ministério Público as seguintes alegações, objeto do meu discurso na semana anterior e nesta semana.

Vale ressaltar, inicialmente, que tais convênios foram publicados no Diário Oficial do dia 30/06/2012, justamente o último dia em que pode o Governo do Estado celebrar convênios. Correndo da legislação, poderia o Estado celebrar convênios com as prefeituras. Por que com as ONGs? Supostamente porque ali estaria o benefício de candidatos do partido aliado, ou do Partido dos Trabalhadores.

Essa é a denúncia oferecida pela bancada de oposição.

A transferência de recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos configura vedação imposta pela lei eleitoral quando venha a redundar em desequilíbrio entre os candidatos, nos termos do artigo 73, inciso IV, da lei 9.504/97, bem como, por consequência, venha a evidenciar abuso de poder econômico pelos administradores públicos. Esses foram alguns dos fundamentos junto ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal.

No item quinto, no ano de 2010, justamente no período que antecedeu a eleição estadual, o Estado liberou 307 milhões para ONGs e associações através de convênios assinados sem licitação. Desses convênios, deputados, não sou leviano nem irresponsável, tem-se de conhecimento público que o Instituto Brasil está com auditoria feita pelo Tribunal de Contas do Estado, quando foram comprovadas uma das maiores corrupções deste Estado, e é uma ONG o Instituto Brasil, inclusive ludibriando todo o povo da região de Irecê e de vários municípios da Bahia, e constatada aqui pelo Jornal *A tarde* em inúmeras matérias. O Instituto Brasil, eu não citaria outros aqui, é um desses que está na representação ao Ministério Público.

Vamos a frente. A representação feita ao Ministério Público Federal não tem nada a ver com a figura do parlamentar, não tem nada a ver com uma ONG determinada ou com diocese determinada. Não se discute aqui, deputado Marcelino Galo, prestação de contas. Sei que várias dessas entidades vão executar o projeto, sei que várias dessas entidades vão prestar contas. Eu tenho no meu *e-mail* mais de 40 denúncias de corrupção antecipada e de compra de voto que não trarei à tribuna, pois o foro para essas denúncias – em que consta, inclusive, nome de deputados – não é a Assembleia Legislativa, é o Ministério Público. Não tratarei desses temas aqui! São inúmeros nomes que constam na relação. Está no meu *e-mail*, e encaminharei aos órgãos competentes, onde está sendo conveniado e onde está sendo prestado contas, não trazer para a Assembleia Legislativa da Bahia.

Notem, senhores da imprensa, a manifestação da Bancada de Oposição no meu discurso. Quais foram as motivações que me levaram a denunciar, deputado Zé Neto? Primeiro, o deputado reconheceu, aqui, que a publicação foi mambembe, não publicou onde está localizada a associação e o presidente da associação não assina o convênio. Isso é um erro formal, e o convênio será anulado pelo Ministério Público com certeza.

De outra face, quero elogiar o secretário da Agricultura e o presidente da EBDA, porque quando eu fiz a primeira denúncia, no outro dia eles mandaram republicar no Diário Oficial. Eu vim aqui, elogiei o secretário e o presidente da EBDA, que não devem estar nada satisfeitos de ver as atividades da sua empresa serem exercidas por entidades que, na sua maioria, não têm sequer condição financeira, não têm sede! Não têm sede!

O presidente da Cerb, os engenheiros da Cerb... Imaginem eles se sentirem, agora, com R\$ 125 milhões destinados... Eu sei, Carlos Brasileiro, que há diversas dessas ONGs que têm condições, mas é uma pequena minoria. Uma pequena minoria! Essa é que é a realidade!

Vejam o que a Oposição e o meu discurso alertou como competência parlamentar, que é fiscalizar os atos do Poder Executivo. Problema de prestação de contas, não é comigo! Problema de execução, não é comigo! É lá com o Ministério Público.

O Sr. Yulo Oiticica:- Deputado, Luciano Simões!

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Pois não, deputado.

O Sr. Yulo Oiticica:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Concederei oportunamente.

Dos motivos de fato e de direito. A ausência de identificação das entidades convenientes. Foi a primeira frase do meu discurso. Faltou no documento publicado no Diário Oficial os dados da associação, o presidente da associação e até o CNPJ foi omitido em algumas das publicações. Encaminhamos esse relatório ao Ministério Público.

Vem a terceira alegação: Da incapacidade técnica das entidades convenientes. É o que eu acabei de me referir. Isso está no relatório, na representação feita ao Ministério Público Federal. Nós temos provas que diversas entidades não têm capacidade técnica. Encaminhamos ao Ministério Público. Esse foi o fruto do meu discurso.

Vem a outra alegação que fizemos junto ao Ministério Público. (O deputado Luciano Simões exibe um documento) Está aqui o detalhamento da segunda. Da ilegal fuga do necessário processo licitatório. Como é que o governo do Estado movimenta R\$ 125 milhões sem licitação? Sem capacidade técnica? Não está certo! Não está certo!

Há poucos instantes, fui abordado por um jornalista que conhece uma entidade de Serrinha que está listada recebendo milhões, e ele me disse: “Deputado, foi bom V. Ex^a chamar a atenção. Essa entidade não tem como gerenciar R\$ 5 milhões e 800 mil em hipótese nenhuma.” Em Serrinha temos um prefeito do Partido dos Trabalhadores que poderia perfeitamente, porque tem capacidade em razão da estrutura, gerenciar esses recursos para o benefício maior da população de Serrinha. Tenho certeza disso!

Vem a outra alegação. Essas alegações, deputado Yulo Oiticica, na sua maioria, 99% são de natureza técnica. Da forte suspeita da incapacidade financeira das entidades convenientes. Pela lei, deputado Zé Neto, pela Constituição Federal não cabe ao deputado fiscalizar as ONGs e associações...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- É competência privativa, deputado Yulo Oiticica, do Ministério Público. Por isso, a Oposição reuniu-se, no dia de hoje, foi ao procurador-geral de Justiça, Dr. Wellington, e levou a representação, porque cabe ao Ministério Público fiscalizar e não ao deputado Luciano Simões. Eu não quero saber se a diocese de Amargosa funciona, se faz ou não. Este não é o meu discurso. Meu discurso é fiscalizar e mostrar que a lei deve ser obedecida e os recursos devem ir para o seu destino maior, que são as comunidades carentes da Bahia.

Dizer que uma associação de Camaçari, está publicada aqui é Semi-árido e vai fazer trabalho de recursos hídricos no maior lençol freático do Estado da Bahia, isso não existe. Cabe ao Ministério Público agora, não vou tratar mais deste assunto porque já entregamos a ele, fiscalizar e dar sua palavra final.

E o último item levantado ao Ministério Público: dos demais e anteriores convênios com o mesmo objeto e a mesma data. Notem que esses convênios todos foram realizados no último dia do pleito eleitoral estadual e municipal e no dia 29, deputado Roberto Carlos, que estava-se realizando o segundo turno.

Para concluir, deputado Roberto Carlos, estou apresentando à Mesa Diretora da

Casa um título de cidadão que, com certeza, terá o apoio de todos os membros desta Casa ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Benedito Barbosa Gomes e quero contar com o apoio de todos os Srs. Parlamentares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Falará por todo o tempo a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra a nobre deputada que teve votos em toda a Bahia e que representa a Região Metropolitana de Salvador com muita categoria. V.Ex^a tem até 10 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, volto a insistir e pedir ao deputado Luciano Simões que não inclua Camaçari nessa denúncia que está fazendo, primeiro porque ele inventou que essa Agendha é uma ONG de Camaçari, não é verdade, ela é sediada em Paulo Afonso. Ele insiste em dizer que o convênio foi para fazer cisterna em Camaçari, que também não é verdade.

Acho, deputado Luciano Simões, que é uma coisa muito feia vir à tribuna inventar uma história envolvendo o nome do meu município numa questão que não existe. A Agendha inclusive mandou uma carta para ele, com cópia para todos os deputados, não vai dar tempo fazer a leitura, mas vou pedir que registre nos Anais desta Casa, mostrando uma parte do seu trabalho. Quero pedir ao deputado Luciano Simões que se retrate aqui e retire Camaçari dessa história, porque a ONG não é de lá nem foi feito nenhum trabalho com essa ONG naquele município e ele continua insistindo com essa história. Mas a gente já sabe um pouco o que é isso, acho que é um pouco da falta de agenda da oposição, da falta de proposta e outras coisa mais. Mas, deixa pra lá.

Eu volto aqui também, Sr. Presidente, para insistir na história de colocar na pauta das sessões os projetos de deputados. Como estamos no mês em que desenvolvemos a campanha pelo fim da violência contra a mulher, para quem não lembra, quero refrescar a memória, que o dia 25 de novembro é o dia internacional da não violência contra a mulher. É uma homenagem àquelas irmãs Mirabel, opositoras da ditadura do presidente da República Dominicana, Rafael Leônidas Trujillo, que foram brutalmente assassinadas no dia 25 de novembro de 1960. O movimento mundial de mulheres escolheu essa data em homenagem a essas três irmãs que lutavam pela liberdade e pelos direitos das mulheres naquele país.

Quero também dizer que temos aqui o projeto da deputada Ângela Sousa, apresentado nesta Casa para estabelecer, no âmbito dos serviços públicos de saúde do Estado da Bahia, a prioridade de oferta cirurgias plásticas reparadoras às mulheres vítimas da violência física.

A deputada Cláudia Oliveira, que não está presente, também apresentou um projeto que dispõe sobre o programa “Mulher, resgate a sua dignidade”, no âmbito do Estado da Bahia.

A deputada Fátima Nunes, que hoje coordena a bancada feminina, apresentou um projeto que institui a obrigação de adequar os sanitários femininos, nos locais de acesso público, de acordo com as necessidades das mulheres. Temos mais dois projetos dessa deputada.

A deputada Graça Pimenta apresentou um projeto que diz respeito à questão dos direitos da mulher, ou seja, determinar, através de poder público, a implantação de uma política de atendimento aos homens autores de violência doméstica e de gênero, com a finalidade de proporcionar a efetiva ressocialização e recuperação mediante uma equipe multidisciplinar. Acho, deputada Graça Pimenta, que esse projeto tem um valor muito grande e deve estar engavetado em algum lugar. Nenhum homem nasce violento, mas sabemos que a sociedade é que acaba ensinando.

A deputada Ivana Bastos apresentou o projeto de lei de nº 19.691, que dispõe sobre a política estadual de assistência aos filhos de mulheres apenas e dá outras providências. Há mais dois projetos de autoria da deputada Ivana Bastos.

A deputada Maria del Carmen apresentou um projeto que dispõe sobre a elaboração de estatística e divulgação de violência contra a mulher e dá outras providências. Há mais outro projeto da deputada Maria del Carmen.

A deputada Neusa Cadore apresentou um projeto instituindo a Medalha Joana Angélica no âmbito da Assembleia Legislativa, como uma forma de reconhecimento da luta dessa batalhadora.

A deputada Maria Luiza apresentou um projeto autorizando o Poder Executivo a instituir na rede pública de saúde um programa de vacinação contra o câncer de colo de útero. Existem outros projetos da deputada Maria Luiza.

A deputada Maria Luiza Laudano apresentou um projeto que dispõe sobre a proibição da vinculação de imagens de mulheres em trajes sumários em qualquer tipo de propaganda turística do Estado da Bahia. Há outro projeto desta deputada em defesa da imagem feminina, e quero parabenizá-la por sua importância, porque nós sabemos que as mulheres são desvalorizadas, desmoralizadas nas novelas, nos programas de humor, nas publicidades, nos comerciais. É uma verdadeira campanha para nos rebaixar a mercadoria, a coisa, a objeto sexual. Todo tipo de desvalorização da mulher nós sabemos que acontece. A senhora está de parabéns pelos projetos apresentados.

A deputada Luiza Maia, que fala nesta tribuna, apresentou, junto com a deputada Fátima Nunes, um projeto sobre a criação da Procuradoria Especial da Mulher, além da instituição da Medalha Ana Montenegro, que será concedida aos gestores que promoverem em seus municípios políticas públicas que criem espaços institucionais na defesa dos direitos da mulher. Também, apresentamos o projeto de cota mínima de 50% para mulheres nas empresas que ganharem licitações no Estado da Bahia.

Deputado Sandro Régis, por favor, estou falando sobre uma série de projetos importantes para a vida das mulheres; pela luta das mulheres pelos seus direitos; pelo combate à violência. Portanto, gostaria de pedir ao senhor a gentileza de ouvir ou de não fazer tanto barulho, porque há deputadas e deputados interessados.

Toda a bancada feminina pediu que o governador da Bahia implante mais 26 DEAMs nas cidades-polo dos territórios de identidade, porque sabemos que só existem 15 DEAMs no Estado da Bahia, das quais duas estão na capital e duas na Região Metropolitana. Sabemos que não é o suficiente. As DEAMs são os principais instrumentos que as mulheres têm na luta pelo fim da violência.

Para a implementação da Lei Maria da Penha, é importante a implantação da DEAM nos municípios

Então, eu quero, mais uma vez, pedir aos líderes desta Casa que nos ajudem na aprovação desses projetos. Estou falando, deputada Graça Pimenta, porque como nós estamos em um mês de campanha pelo fim da violência contra a mulher, aqueles 16 dias de ativismo, para que os líderes nos ajudem a trazer para a pauta da próxima sessão, ou na seguinte, esses projetos para que possamos debater e aprovar. É um apelo que faço desta tribuna, como também já falei dos deputados, citei o nome de todos, que também apresentaram nesta Casa projetos que dizem respeito à luta e aos direitos das mulheres. São eles os deputados Capitão Tadeu, José de Arimatéia, Bira Corôa, Adolfo Viana, Gilberto Santana e Álvaro Gomes.

Quero dizer essas coisas e fazer, mais uma vez, um apelo a esses líderes, porque o deputado presidente desta Casa, Marcelo Nilo, transferiu a responsabilidade de não serem aprovados e discutidos projetos de autoria dos deputados, para os Líderes das Bancadas e dos Blocos. Então eu faço esse apelo para que nos ajudem no debate dessa questão.

Não tem justificativa. O nosso principal papel, que é a aprovação de projetos, estamos sem exercer a nossa prerrogativa de parlamentar. Então quero, mais uma vez, fazer esse apelo.

O meu tempo está acabando, e eu quero agradecer e pedir mais um minutinho para dizer que o mote de nossa campanha, este ano, é a cadeia para aquela banda que estuprou duas meninas coletivamente na cidade de Rui Barbosa. Escolhemos, hoje, nessa reunião importante que nós tivemos essa nossa luta para que os membros desta banda voltem para a cadeia, porque fica muito contraditório o fato de que, no dia em que o Ministério Público os denuncia como criminosos, a Justiça vai e libera os membros desta banda que estão querendo pousar de vítima e voltar a fazer shows em nosso Estado. Então, queria pedir o apoio desta Casa, que nos ajude nesta luta, nesta batalha.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, falarei pelos primeiros 5 minutos e o deputado Sandro Régis pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, trago ao conhecimento desta Casa que o deputado Targino Machado está ausente, porque se encontra em São Paulo fazendo exames médicos, por isso o nobre deputado não tem participado esta semana dos trabalhos desta Casa. O que me chama atenção é que, por coincidência, em relação a esse rosário de lamentações do pronunciamento do deputado Luciano Simões, apenas os deputados do PT e do PCdoB se manifestaram. Enquanto isso, faltam duas assinaturas para a CPI das ONGs. Manifestem-se, assinem, porque de uma vez por todas vamos dirimir todas as dúvidas a respeito dessas questões que tem monopolizado os debates nesta tarde.

Mas o que nós ouvimos do PT, quando assumiu o governo da Bahia, foi uma frase de efeito importante: herança maldita. Eis que a herança maldita a cada tempo apresenta um fato novo. Quem não lembra, no tempo de César Borges e Paulo Souto, quem era o presidente da Embasa? Sabem quem era o presidente da Embasa, o Sr. José Lúcio. Quando o governo assumiu disse que assumiu uma herança maldita na Embasa. Sabem quem é José Lúcio? É quem foi indicado, agora, para assumir a Conder no lugar do técnico Vilas Boas. Ele que foi espezinhado, massacrado pelos deputados do PT nesta Casa, que foi defenestrado, agora vai assumir um cargo importante no governo de Jaques Wagner.

Então a história do PT, meu caro deputado Sandro Régis, é a seguinte: se você não está com o PT, você está na fogueira do inferno, está queimando. Se você vai para o governo, você encontra a salvação. Zé Lúcio encontrou a salvação, vai para a Conder. Vai para a Conder, vai encontrar a salvação. Já foi indicado pelo governador e na próxima semana deve ter o seu nome referendado.

Então, esse é o discurso da mentira; é o discurso da falácia; é o discurso que tenta engabelar e persuadir o eleitor. Tudo que se falava da Embasa no tempo de Paulo Souto e César Borges, hoje a Embasa, meu caro deputado Carlos Brasileiro, aumenta a conta em um ano 13%, no outro, 14%, e nunca faltou água em Salvador como tem faltado agora nessa gestão da Embasa.

No entanto, no tempo do Zé Lúcio, o homem era massacrado aqui nesta Casa, era pisoteado, enxovalhado. Agora é o nome para reerguer, soerguer a Conder. Faça-me uma garapa! Como ele é muito ligado a César Borges, não posso nem dizer que é indicação de César Borges, mas, obviamente, deve ser uma escolha do governador pelo serviço prestado por César Borges a Nelson Pelegrino agora na eleição para prefeito da capital do Estado.

Portanto, deputados e deputadas, fico muito à vontade para fazer este discurso, deputado Alan Sanches, porque como radialista quantas vezes recebi *release* aqui dos deputados, e muitos estão hoje nesta Casa, descendo a ripa em Zé Lúcio no tempo de César Borges e Paulo Souto, o homem agora vai para a Conder. Se vai para a Conder, obviamente deve ser um técnico competente. Quando ele estava na Embasa era um técnico inidôneo; agora que vai para o governo é um técnico idôneo. Ou seja, no discurso do PT, quem está com o governo é idôneo; quem é contrário é inidôneo. É essa a lição que tiro, que depreendo dessa situação; lamentar essa postura do PT. Lamentável sob todos os aspectos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, venho aqui fazer a mesma batida do discurso do deputado Luciano Simões. O deputado Luciano Simões, em nenhum momento, subiu a esta tribuna para individualizar ou jogar nesta Casa a responsabilidade das questões das ONGs.

Hoje fomos ao Ministério Público dizer que na época eleitoral, Pastor Ubaldino, no domingo da eleição foram conveniados 125 milhões em todas as ONGs para obras de recursos hídricos e mais 44 milhões para assistência técnica rural.

Aí, pergunto: para que o governo precisa da CERB? Para que o governo precisa da EBDA? ONG, como no município de Gentio do Ouro, deputado Carlos Geilson, recebeu quase seis milhões para palestrar sobre o pré-sal. Não é desqualificando Gentio do Ouro nem desqualificando a ONG. Mas como é que uma ONG que está a não sei quantos mil quilômetros do pré-sal pode palestrar sobre o pré-sal?

Fica evidenciado que esses repasses, na maioria desses casos, claro que existem ONGs ou associações que receberam esse recurso e, com certeza, destinaram para a sua finalidade. Mas 125 milhões que o governo aporta sem licitação e sem fiscalização para as associações e ONGs para fazer obras de recursos hídricos, tendo a CERB especializada nisso? No mínimo tem que se averiguar! No mínimo tem que se investigar!

Aqui ainda digo mais: tem muita ONG dessas que recebe muito mais que um município, que um prefeito! Faça uma pesquisa, pastor Ubaldino, nessas ONGs, se tem alguma em seu município, verifique se não recebeu mais que um prefeito que V.Ex^a representa! Faço um desafio aqui. Quero saber se o prefeito de Gentio do Ouro recebeu mais de R\$ 10 milhões em convênios como uma ONG de seu município recebeu para fazer palestra do pré-sal.

Essa forma de repasse de dinheiro, de recurso não tem licitação! Não tem fiscalização! Então, é muito fácil! Nos convênios publicados, deputada Ângela Sousa, não há a assinatura do presidente, não se mencionam a localidade nem onde a obra será executada, muito menos onde é a associação que recebe. Não exemplifica nada, apenas diz que a associação ou organização tal recebe convênio no valor x. Por que não se diz no corpo da publicação para onde será destinado o recurso, em quais municípios a ONG irá atuar? Onde se localiza a ONG para que até nós possamos ir lá para verificar onde é essa ONG? Onde é a organização? Não tem nada disso! É uma publicação simplificada: associação tal, organização tal recebe x e acabou.

Foi isso que questionamos! Não estamos aqui imputando culpa a a nem b! Não estamos aqui julgando ninguém, agora que vocês queiram me dizer que é normal, não é normal, porque, quando denunciemos o Instituto Brasil, muitos dos senhores vieram aqui defender, e hoje está comprovado que é o maior esquema de corrupção já visto neste Estado! E o próprio Ministério Público disse hoje que já abriu ação criminal contra os representantes do Instituto Brasil.

E para concluir, quero aqui, deputado Luciano Simões, parabenizar V.Ex^a pelo Título de Cidadão Baiano ao nobre jurista deste País Joaquim Barbosa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria, ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falarão dois nobre deputados da Bancada do PCdoB, sendo que o deputado Álvaro Gomes falará por 5 minutos e logo em seguida o deputado Fabrício, pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, faço uso desta tribuna para fazer um chamamento a todos os deputados e deputadas para se incorporarem aqui à Campanha do Novembro Roxo. Na realidade, já estou vendo aqui muitos deputados com a gravata roxa, e isso é sinal de que está havendo adesão ao movimento aqui na Assembleia Legislativa.

Trago aqui o projeto de nossa autoria que (lê) *“Institui o mês de incentivo e divulgação e prevenção ao câncer de próstata e de pênis – Novembro Roxo.*

Art. 1º - Fica instituído o mês de novembro como período de incentivo e divulgação da prevenção ao câncer de próstata e de pênis;

Art. 2º - Durante o mês de novembro de cada ano o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual da Saúde e da assistência social, deverá:

I - realizar atividades informativas, por meio da realização de debates, palestras e outras iniciativas que orientem e esclareçam os procedimentos para a prevenção do câncer de próstata e de pênis;

II - promover campanhas de conscientização da população sobre a importância do tema;

III - fomentar ações educativas em escolas, igrejas e centros sociais, visando demonstrar a necessidade de prevenção das moléstias;

IV - realizar outros procedimentos úteis para a consecução dos objetivos desta Lei...”

Então fica instituído, se este nosso projeto for aprovado, o Novembro Roxo.

Temos também o projeto nº 19.060, que institui a Política Estadual da Saúde do Homem. Nosso objetivo com esta proposição é quebrar um preconceito muito grande que existe em relação à prevenção da saúde masculina, haja vista a enorme resistência que existe quando se fala em determinados exames. Então pretendemos instituir uma política de esclarecimento, de quebra de preconceito, e assim as pessoas não morram de câncer de próstata nem de pênis, para o qual existe uma solução muito simples: água e sabão, enfim, higiene.

Precisamos quebrar esse preconceito. Nesse sentido, faremos na próxima segunda-feira, às 10h, uma sessão especial para abordar esse tema, trazendo

especialistas que trabalham nessa área. A PM e várias outras instituições já estão incorporadas nessa luta. E esse esforço já começa com essa proposição para que faça parte do calendário estadual o Novembro Roxo. Se for aprovada, poderá até se transformar em uma data do calendário internacional, como é hoje o Outubro Rosa.

A nossa pretensão é começar esse processo aqui na Bahia, mas também com a perspectiva de expandir para o Brasil e para o calendário mundial, porque é uma luta muito importante para todos nós.

Estamos fazendo um chamamento para que os deputados se incorporem a essa batalha pelo Novembro Roxo. Já mandamos fazer umas fitinhas em forma de gravata e as distribuiremos para as pessoas que vão abraçar essa luta. E também já estamos bolando a marca da campanha (o orador mostra o esboço do cartaz), com a saúde do homem lá em cima, e aqui o Elevador Lacerda, com o Novembro Roxo. Ainda não está colorido, mas ele roxo fica muito mais bonito.

Escolhemos o roxo porque, na crença popular, as pessoas nascem com aquilo roxo. Além do mais, o roxo também é a cor da transformação, da quebra do preconceito. Por isso, a saúde do homem lá em cima. Enfim, é preciso evitar as mortes causadas por um simples preconceito da sociedade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Fabrício Falcão, que está mais feliz do que pinto no lixo por eleger o prefeito de Vitória da Conquista. V.Ex^a tem 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Eu queria ter tanto assunto como Álvaro. Eh!, deputado retado!

Venho a esta tribuna pela segunda vez nesta tarde, inicialmente, para parabenizar o aniversário da minha cidade querida, terra do deputado José Raimundo Fontes. Temos também outro deputado votado lá, Marcelino, amigo querido de nossa Vitória da Conquista.

Quero parabenizar minha querida Vitória da Conquista pelo seu aniversário de 172 anos. Uma cidade senhora, mas jovem no espírito. Acolhedora, com seu clima frio, tem o calor das pessoas para saudar a cada um e a cada uma que chega naquela cidade, fazendo daquela uma das melhores cidades para se viver no Brasil.

Conquista tem grande qualidade de vida, já foi terras de tribos indígenas como os Pataxós, os Imborés; uma região que foi colonizada por portugueses e virou a terra do café, do gado. Hoje, uma cidade permeada por atividades na área de serviços; hoje, excelência em saúde, temos uma saúde pública que é pactuada com mais de 100 municípios no Estado da Bahia e alguns municípios do norte de Minas, que vão ser atendidos naquela cidade. E também na saúde privada que hoje é referência regional, um grande polo, não é professor, José Raimundo, de educação superior e educação secundária, com boas escolas de ensino médio, fundamental, com universidades federais, com o campus da UFBA, Anísio Teixeira na área de saúde, com uma grande universidade que é a Universidade do Sudoeste, onde estudei. E também hoje, Fainor, FTC, Juvêncio Terra, Faculdade de Filosofia ligada à Igreja.

Enfim, um município que é o terceiro em tamanho e em população na Bahia e que guarda ali diversidade de população, diversidade de clima, temos uma região de caatinga, uma região de mata atlântica que é uma região de transição. Um município que hoje tem grande importância no Estado da Bahia, no Brasil. Uma cidade das que mais crescem neste País com qualidade de vida para o seu povo. Crescer um município é importante, mas crescer com qualidade de vida é essencial e isso tem aquele município que iniciou o governo participativo em 97, a sua administração, teve o governo Guilherme, prefeito José Raimundo, temos o prefeito Guilherme de novo que ajudamos a reeleger-lo.

Então, enfim, quero parabenizar a minha cidade maravilhosa chamada de Vitória da Conquista pelo seu aniversário.

Dizer aqui mais uma vez que o objeto da discussão do convênio da Sedes, houve transparência, houve legalidade, há legitimidade. Houve edital, houve chamamento público, foi autorizado pela Procuradoria Geral do Estado, houve objeto de destinação da obra e do serviço do município em edital. Então, não foi feito moeda de troca. Foi feita uma ação séria, uma ação responsável e que o nosso povo merece respeito.

Acho que alguns colegas estão querendo que volte ao momento, ao tempo do dar o copo de água a quem precisa em troca do voto do cabresto e do chicote. E isso não acontece mais na Bahia, deputado Sandro Régis. Acontece na Bahia, hoje, o respeito ao dinheiro público. O que houve ali é objeto de edital que as entidades... E outra coisa: não importa se a entidade que vai realizar o serviço tenha sede em Camaçari ou Lauro de Freitas, porque ela tem que ter é *teaser*, capacidade técnica, ela tem que ter experiência. E onde funciona a entidade não importa, o edital é claro, pode ser uma entidade que tenha existência em qualquer lugar do Brasil, desde que ela tenha escritório, tenha sede em qualquer um dos 417 municípios do Estado da Bahia. Não precisa uma empresa que vai vender carro ter uma fábrica no Japão ou ter aqui no Nordeste Brasileiro, desde que ali tenha técnicos capazes, tenha experiência e isso aí foi tido, nesse aspecto há a importância.

Quero encerrar aqui, Sr. Presidente, só um minuto, parabenizar o deputado Álvaro por ter trazido a discussão para esta Casa acerca da Lei do Assédio Moral. Dizer que aqui na Bahia, acho que a primeira lei de assédio moral que foi instituída em um município baiano foi uma lei minha, enquanto vereador no município de Vitória de Conquista e que foi aprovada por unanimidade. Na época eram 14 vereadores e foi a primeira lei no interior da Bahia que trata do assunto do assédio moral e também debates importantes com acadêmicos, advogados de vários lugares do Brasil que foram ali e pudemos garantir a aprovação daquela lei no nosso município.

Então, parabenizo o deputado Álvaro por também ter trazido e está trazendo esse debate para a nossa Casa Legislativa aqui na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao nobre líder da

Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, por todo o tempo falará o nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Paulo Azi, futuro deputado federal da Bahia.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, nobre deputado Roberto Carlos, Sras. e Srs. Parlamentares, na última sexta-feira foi publicada a sexta edição do anuário brasileiro de segurança pública, que retrata a grave situação da violência e da criminalidade em nosso país, deputado Capitão Tadeu, e que mais uma vez trazem números desastrosos relacionados às questões de segurança pública no Estado da Bahia.

A Bahia em 2011 foi o Estado que registrou o maior número de homicídios de todo o Brasil. Morreram no Estado da Bahia 4.380 pessoas durante o ano de 2011. O número assusta, principalmente quando comparado aos números das outras unidades da federação do nosso país. O Estado de São Paulo, que tem uma população infinitamente maior do que o nosso Estado teve 4.194 mortes. O Estado do Rio de Janeiro, também com uma população muito maior do que a população da Bahia, registrou 4.009 mortes no ano de 2011.

Esse é o retrato, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, muito claro que demonstra que mais uma vez o governo do Estado da Bahia perde a guerra contra a violência, a criminalidade. Nós estamos acostumados a presenciar ações de segurança pública que infelizmente só acontecem às vésperas das eleições. Deputado Capitão Tadeu, V.Ex^a que é um estudioso do assunto, não sei se V.Ex^a recorda que há 04 anos, nas eleições para prefeito de Salvador, não essa, a de 04 anos atrás, o governo do Estado, no afã de ajudar o seu candidato, à época o hoje senador Walter Pinheiro, às vésperas das eleições instituiu um programa, não sei se V.Ex^a recorda, chamado Ronda nos Bairros.

Esse programa dizia que a população dos bairros atendidos teria até os números dos celulares dos policiais para, no caso de alguma ocorrência, entrar em contato com eles. Que iriam imediatamente prestar o socorro, o atendimento.

Pois bem, deputado Capitão Tadeu, essa ação foi maciçamente projetada nos programas eleitorais, gerou benefícios para aquela candidatura, porque, não resta dúvida, é uma ação ostensiva, o que traz segurança à população. Mas logo depois que passaram as eleições, não sei se por causa da derrota do candidato do governo, esse programa foi esquecido, abandonado, e ninguém nunca mais falou sobre ele.

Agora, 4 anos depois, o governo do Estado mais uma vez, coincidentemente às vésperas das eleições, sabendo do enorme desgaste que estava passando devido à criminalidade que assola o nosso Estado e, especialmente, a nossa capital, lançou no último mês da campanha eleitoral, novamente de forma maciça, um programa de instalação de Unidades Pacificadoras.

E o fez a toque de caixa, sem nenhum critério, deputado Capitão Tadeu, sem nenhum estudo prévio, sem nenhum monitoramento das localidades. Não se

preocupou nem sequer em instalar uma área física para que os policiais tivessem as condições mínimas de se localizarem. E aí trouxeram de volta os contêineres que foram utilizados, se não me engano, no Carnaval do primeiro ano do governo do PT, aqueles que geraram uma série de insatisfações e denúncias, inclusive, de órgãos ligados aos direitos humanos.

Pois bem, o governo, no afã de demonstrar uma ação efetiva na tentativa de ajudar o seu candidato, instalou no mês da eleição algumas UPPs na nossa capital. É muito trágico, é muito desconfortante ver a política de segurança pública do nosso Estado no improvisado, andando ao léu, de acordo com os interesses eleitorais.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, todos nós estamos vendo diariamente na televisão uma série de reportagens tratando do aumento da violência em São Paulo. Cotidianamente todos os canais, deputado Capitão Tadeu, tratam da violência naquele Estado, o que ensejou, inclusive, o ministro da Justiça disponibilizar e oferecer ao governo paulista a cooperação e a ajuda federal para enfrentar essa onda de criminalidade.

Vejam, Excelências, que este ano já foram registrados naquela capital 919 homicídios. Na Grande São Paulo, que engloba toda a Região Metropolitana daquela cidade, foram registrados 797 homicídios, que somados – capital de São Paulo e Região Metropolitana –, deputado Zé Raimundo, perfazem o número, de janeiro a setembro, de 1.716 homicídios.

A capital de São Paulo e sua Região Metropolitana fecharam, no mês de setembro, 1.716 homicídios, o que fez com que, acredito eu, o governo federal disponibilizasse a sua ajuda, a sua cooperação, para enfrentar essa situação grave que ocorre naquele Estado.

Pois bem, no nosso querido Estado da Bahia, na nossa querida capital Salvador...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Nobre deputado Paulo Azi, lamento informar a V.Ex^a que seu tempo está literalmente esgotado.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir, deputado Roberto Carlos.

(...) e na Região Metropolitana Salvador, deputado Joseildo, já morreram, vítimas de homicídios, nesse mesmo período, de janeiro a setembro, 1.774 pessoas. A Região Metropolitana de Salvador, Srs. Parlamentares, já teve mais mortes do que a Região Metropolitana de São Paulo, e aí fica a pergunta, Srs. Parlamentares. Por que será

que o governo federal, na pessoa do ministro da Justiça...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Caro amigo deputado Paulo Azi, tenha paciência, já se passaram mais de 3 minutos. Poderia pedir até ao PT que lhe concedesse...

O Sr. PAULO AZI:- Deputado Roberto Carlos, vou evitar de falar os 20 minutos seguintes. Só para concluir, garanto a V.Ex^a que não passarei mais de 1 minuto para concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Um minuto para concluir.

O Sr. PAULO AZI:- Então, a pergunta que fica é: por que, deputado Sidelvan,

o governo federal não oferece apoio, deputado Joseildo, não coloca as forças federais à disposição do governo do Estado da Bahia para que ele, que já demonstrou não ter competência e capacidade para enfrentar o crime organizado, possa, com a ajuda das forças federais, dar o mínimo de tranquilidade a Salvador e aos municípios de toda a Região Metropolitana da nossa capital?

Muito obrigado, nobre deputado Roberto Carlos, pela gentileza de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria, ou o Líder do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Joseildo Ramos, e, logo a seguir, o deputado Zé Raimundo, também por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Prezado presidente, colegas aqui que nos ouvem e nos assistem, hoje eu gostaria de me dirigir ao nobre deputado Luciano Simões, a quem tenho muito respeito e ouço atentamente quando vem aqui se pronunciar. Seu discurso, hoje, deputado Luciano Simões, difere do discurso, sinceramente, que eu ouvi.

Acredito muito no que foi dito por V.Ex^a quando falou dos indícios do que podem ser irregularidades, e aí V.Ex^a está cumprindo, objetivamente, o seu papel, e tem também nosso apoio, porque uma das principais prerrogativas que nos cabe é exatamente essa.

Mas, para além disso, eu também ouvi de que se tratava, na sua fala, do “Mensalinho do PT” na Bahia! Ora, apenas e tão somente nos indícios, não cabia, na minha opinião, que V.Ex^a se reportasse dessa forma. V.Ex^a além disso, em alguns momentos na sua fala, tratou da individualização de algumas questões. Agora, cabe aqui também dizer que há bem pouco tempo, num passado recente, a assistência técnica da EBDA alcançava um conjunto de agricultores familiares da ordem de pouco mais de 60 mil famílias de agricultores ou proprietários da agricultura familiar. A meta e a necessidade, porém, são a de atendermos perto de 350 a 400 mil agricultores familiares até o final deste ano de um conjunto de quase 650 mil agricultores familiares. A EBDA sozinha, a CAR sozinha não têm condição sem a participação de entidades privadas, de entidades da organização da sociedade civil, sem o concurso de um esforço muito grande da sociedade civil para estruturar junto com o Estado esse que é o flagelo de não se tratar da convivência com a seca que assola ciclicamente o nosso Estado.

Essa atitude de governo até então não tinha sido tomada por quem de direito há pouco tempo. Era muito melhor tratar das frentes de trabalho, das horas de trator que eram destinadas a resolver problemas de aguadas exatamente nas fazendas das lideranças políticas, nos rincões desse sertão, para que tivessem ao seu pé, sob o seu mandato aqueles que precisavam dessedentar seus animais e também água para os

humanos beberem. Então, a Bahia não pode jamais conviver com esse flagelo. Podem ter certeza de que hoje, com essa nova formatação, não cabe à Cerb fazer, deputado Luciano Simões, cisternas de placa, barreiro, chapadões, barragens subterrâneas. Não é papel da Cerb, é papel concorrente da CAR junto com as organizações da sociedade civil. A chamada pública é um processo que amplia as possibilidades de que imensos setores da sociedade civil possam de forma organizada contribuir para que possamos ter a capilaridade necessária para atender a quem precisa, na maior região do semiárido do Nordeste Brasileiro, que está aqui no Estado da Bahia.

Isso, porém, muda definitivamente o estado das coisas, principalmente para aquele que detém o insumo principal para que se possa continuar produzindo e vivendo no polígono da seca, que é exatamente o acesso à água de qualidade, à água potável, à água para os animais, à água para a produção, à água para o ser humano. E nunca se tratou com tanta seriedade esse assunto como hoje está se tratando para libertar definitivamente lavas e lavas de baianos.

Isso incomoda alguns setores que têm representação nesta Casa. É por isso que esses gritos estão acontecendo neste momento, mas fazem parte do processo. Isso não significa dizer que, eventualmente, senhor presidente, para concluir, se possa ter algum problema que o Ministério Público, que o próprio governo não se possa debruçar para resolver, que é o que todos nós queremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputados, deputados, queria também manifestar a minha alegria pela passagem de 172 anos da fundação de Vitória da Conquista, aniversário que todos estaremos comemorando no dia 9 com muita alegria, eu, os deputados Jean Fabrício, Waldenor Pereira, Marcelino Galo, as pessoas que lá nos dão apoio, o nosso prefeito eleito Guilherme Menezes, o vice-prefeito Joás Meira, os nossos vereadores, as lideranças religiosas, os pastores, os padres, os homens de negócio, os empresários, os trabalhadores, porque ali se trata de uma cidade, uma região, que experimentou grandes momentos na sua história. No século XIX, com a instituição da vila; nos anos quarenta, com a Rio-Bahia; nos anos setenta, com o café; nos anos oitenta, com a nossa Universidade do Sudoeste. E sem nenhuma pretensão, Sr. Presidente, nos anos noventa, com a gestão do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB, do PSB, do PV, dos partidos democráticos, o projeto político que vem revolucionando aquela cidade.

Hoje, Vitória da Conquista é uma cidade próspera, com muitos projetos. É uma cidade que na área da educação e da saúde é referência internacional. Agora mesmo vamos celebrar um convênio com Cuba para experiências na área do combate ao câncer a partir de drogas naturais. Também promove a inclusão social na zona rural, na zona urbana.

E com Jean Fabrício, Waldenor Pereira, juntamente com outros companheiros,

dei minha modesta contribuição para ajudar aquela cidade a ser, hoje, um grande centro, seja com a Universidade do Sudoeste, nos sindicatos, mais recentemente com a UFBA, com o Cefet, com grandes obras, com o Minha Casa, Minha Vida, e, mais recentemente, com o apoio do presidente Lula, da presidente Dilma, do governador Jaques Wagner, agora com muitos investimentos, tenho certeza de que Vitória da Conquista vai vivenciar os próximos anos com grande dinamismo econômico.

No final dos anos noventa, ela começou a se desenvolver. Em 2007 e 2008 foi a primeira cidade em dinamismo econômico do Nordeste entre as 10 cidades do Brasil que mais se desenvolveram, que mais promoveram a inclusão social. Por tudo isso temos muito a comemorar nesses 172 anos.

Deixo o meu abraço a todos os amigos, companheiros, daquela cidade.

Rapidamente, Sr. Presidente, gostaria também de fazer menção ao aspecto que o deputado Paulo Azi, Líder da Oposição, tocou, a questão da segurança. Lembremos rapidamente o seguinte: a situação de São Paulo é completamente diferente. Hoje, em São Paulo estamos experimentando o ataque à própria organização do Estado.

A violência, infelizmente, faz parte do convívio humano. É claro que há índices insuportáveis, no caso da Bahia, pelas suas condições históricas, pelas suas condições sociais, que gestaram ambientes extremamente hostis à paz e, realmente, é um Estado em que o índice é elevado. Mas o governador Jaques Wagner tem se esforçado, tem tomado medidas juntamente com as diversas organizações sociais, com diversas parcerias, inclusive, no âmbito federal, no âmbito dos municípios. Tenho absoluta convicção de que nos próximos anos - em Vitória da Conquista está chegando agora unidades da Base Comunitária da Polícia - melhorando os efetivos policiais com treinamento, inclusão de novos contingentes policiais, os índices gerais do Estado vão melhorar bastante.

Agora, o caso de São Paulo é um caso gravíssimo porque ali há um atentado contra a própria Polícia Militar, a própria instituição de segurança. O governo federal está presente mostrando que a questão da segurança não é algo específico e só é responsabilidade do governo do Estado.

Finalmente, gostaria de dizer, Sr. Presidente, que Vitória da Conquista nesses anos legou para a Bahia e para o mundo expressivas figuras como o cineasta Glauber Rocha, Elomar Figueira e seu filho João Omar; Ricardo Castro, um dos maestros mais conhecidos na Europa, pianista especialista em grandes autores e que hoje dirige a orquestra sinfônica de jovens da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Essas são nossas considerações nessa nossa breve intervenção.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há um projeto que está sobrestando a pauta. Trata-se do projeto de lei nº 19.964/2012, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Saneamento

Básico da Bahia – Agersa, autarquia sob regime especial, e dá outras providências.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Saneamento, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar a matéria, designo o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Procedo à leitura do parecer, Sr. Presidente.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Saneamento, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 19.964/2012, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia – AGERSA, autarquia sob regime especial, e dá outras providências.'"*

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora venho relatar, propondo a criação da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia – AGERSA.

Com a medida, busca o Governo do Estado 'por meio do fortalecimento das atividades de regulação e fiscalização sobre os serviços públicos de saneamento básico, alcançar a consolidação de programas sociais, garantindo sua plena efetividade', conforme registra o Chefe do Poder Executivo na Mensagem encaminhada a esta Casa, na qual ressalta ainda que a aprovação do projeto 'é passo fundamental para a institucionalização, no âmbito do Estado da Bahia, de uma Política de Saneamento Básico efetivamente comprometida com a universalização do acesso aos serviços de saneamento e com a qualidade de sua prestação à população, na linha das diretrizes definidas na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007'. A lei federal referida estabelece as diretrizes nacionais e os princípios fundamentais para a execução da política de saneamento básico no País.

Autarquia sob regime especial vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, a AGERSA tem como objetivo o exercício da regulação e da fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, cabendo-lhe, entre outras atribuições: arrecadar e aplicar as suas receitas; fiscalizar os contratos e programas que tenham por objeto a prestação de serviços de saneamento básico; arbitrar e dirimir conflitos entre os agentes reguladores e entre estes e os usuários; prevenir e reprimir o abuso do poder econômico; editar normas que disciplinem os contratos ou outros instrumentos cujo objeto seja a prestação de serviços de saneamento básico; realizar audiências e consultas públicas, obrigatórias estas antes da edição de normas que versem sobre revisões tarifárias; estipular parâmetros, critérios, fórmulas, padrões ou indicadores de mensuração e aferição da qualidade dos serviços e do desempenho dos prestadores; fiscalizar a prestação dos serviços, inclusive mediante inspeção in loco e aplicar, mediante delegação, as sanções pertinentes.

A estrutura básica da Agência é composta de um Conselho Consultivo, da

Diretoria e da Ouvidoria. O Conselho é composto pelos integrantes da Câmara Técnica de Saneamento Básico do Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades/BA, e tem por objetivo a formulação das diretrizes gerais da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, garantidos o controle e a participação social.

A Diretoria é o órgão de deliberação superior, sendo organizada em regime colegiado, e compreende o Diretor Geral, que a presidirá, o Diretor de Normatização e o diretor de fiscalização. Já a Ouvidoria é órgão autônomo, sem vinculação hierárquica com o Conselho Consultivo ou com a Diretoria.

Versa, portanto, o presente projeto, acerca de matéria de relevante interesse público, na medida em que vem propor a criação de um importante instrumento de regulação e fiscalização da prestação dos serviços essenciais de saneamento básico, com inequívocos reflexos positivos sobre a qualidade de vida da população.

A proposição recebeu 6 emendas, todas de autoria da Bancada da Minoria. A emenda nº 1 veda ao prestador dos serviços de saneamento básico o corte do fornecimento de água por falta de pagamento entre os dias de sexta-feira e domingo, em véspera de dia feriado e durante o feriado. Opino pela rejeição, considerando que as condições gerais para a prestação e utilização de serviços públicos de saneamento básico, incluídas as definições de regras de interrupção e religação dos serviços, deve ser matéria de regulamento, editado pelo ente regulador. Atualmente, tais regras já estão disciplinadas na Resolução CORESAB nº 001, de 16 de março de 2011.

Por outro lado, a Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, já disciplinou a matéria, ao autorizar, em seu art. 40, a interrupção da prestação dos serviços por inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, desde que haja notificação formal e prévia, não fazendo qualquer ressalva aos dias em que esta interrupção possa ocorrer.

Afora isso, o Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência consolidada no sentido de que as emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo não podem veicular matérias diferentes das versadas no projeto apresentado, de modo a desfigurá-lo. No caso presente, o projeto versa tão-somente sobre a criação da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, e a emenda trata de matéria diversa, incidindo, portanto, em vício de inconstitucionalidade.

A emenda nº 2 pretende vedar a nomeação, para cargo de diretor da Agência, de pessoa que exerça ou tenha exercido, nos últimos quatro anos, atividade de direção político-partidária. Opino também pela rejeição, por entender que as condições necessárias para a nomeação nos cargos de diretor, previstas nos incisos do art. 11 do projeto, já garantem suficientemente autonomia e independência necessárias para a tomada de decisões com imparcialidade.

O objetivo de serem definidas vedações para preenchimento do cargo de direção de agência reguladora está atrelado a uma eventual vinculação pretérita

com o ente regulado, passível de influenciar decisões a serem tomadas pelo ente regulador na sua área de atuação. Assim, a restrição proposta não se coaduna com o fim da norma que se pretende alterar, razão pela qual deve a emenda ser rejeitada.

A emenda nº 3 propõe que a revisão tarifária que se venha a realizar seja igual ao índice oficial de inflação. Justifica a Liderança da Minoria que como a proposta legislativa não trata dos índices de correção das tarifas de água e esgoto, a emenda apresentada tem o intuito de proteger os consumidores de aumentos abusivos. Opino também pela rejeição.

Em verdade, a emenda proposta confunde revisão tarifária com reajuste, institutos com natureza diversa. A revisão tarifária tem o intuito de analisar, periódica ou extraordinariamente, as condições de prestações de serviços com base nos contratos de concessão, garantindo a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro. Assim, ao proceder à avaliação, poderá surgir a necessidade de incremento na tarifa a fim de remunerar gastos não previstos e passíveis de compensação ou, em sentido oposto, poderá haver uma redução de tarifas em favor do usuário.

Diferentemente do instituto do reajuste, a revisão tarifária não tem por objeto a recomposição das perdas decorrentes da inflação, mas tão-somente garantir a preservação da margem de lucro fixada no momento da apresentação da proposta e posterior contratação e, por estas razões, não deve estar atrelada a qualquer índice.

Ademais, a fixação do reajuste, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA já se encontra contemplada na Deliberação CORESAB nº 002, de 24 de novembro de 2009.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Joseildo Ramos, eu vou propor a prorrogação da sessão pelo tempo máximo de 20 minutos.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

É apenas uma prorrogação para termos tempo de concluir.

(Lê) “A emenda nº 4 propõe o acréscimo de um artigo e parágrafo único ao projeto, estabelecendo como competência da AGERSA a supervisão, controle e avaliação da aplicação de investimentos realizados pelos prestadores de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, dos Municípios, de empreendedores privados, de fundos especiais e de beneficiários diretos, excluindo-se os de operações de créditos, além da ressalva de que estes recursos não poderão compor a base de custo utilizada para a fixação de tarifa e para a remuneração do capital investido. Opino também pela rejeição desta emenda, considerando-a desnecessária, uma vez que o art. 42 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, também conhecida por Lei Nacional de Saneamento Básico, já define que não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

Mais adiante, o art. 50 do supramencionado diploma normativo estabelece que

a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos da Política Federal de Saneamento Básico e com os planos de saneamento básico, regra esta reproduzida no Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei Federal nº 11.445/2007.

Desta forma, resta claro que a matéria já é tratada pela Lei Nacional de Saneamento Básico, razão pela qual não merece acolhimento.

A emenda nº 5 proíbe a concessão de Gratificação Especial de Produtividade aos membros da Diretoria da Agência. Rejeito a emenda, considerando que o art. 4º da Lei nº 7.023, de 23 de janeiro de 1997, estabelece que as entidades autárquicas e fundacionais da estrutura do Poder Executivo Estadual, que tenham receita própria, proveniente da arrecadação de taxa ou contribuição, poderão destinar até 30% (trinta por cento) desta receita, realizada mensalmente, ao pagamento de gratificação especial de produtividade, a ser concedida aos servidores que estejam no efetivo desempenho de atribuições inerentes às atividades geradoras dos referidos recursos, segundo critérios definidos em regulamento.

Assim, já há autorização legislativa para que os servidores de entidades autárquicas, a exemplo da Agência que se pretende instituir, façam jus à Gratificação Especial de Produtividade, independentemente do cargo que estiverem ocupando. Por estas razões, a emenda oferecida deve ser rejeitada.

A emenda nº 6 traz diversas alterações ao projeto: a instituição do mandato de dois anos para os membros da Diretoria, que deverão ter ainda “notório conhecimento em regulação dos usos dos recursos hídricos e de serviços públicos”; aprovação prévia na Assembleia Legislativa, em votação secreta, dos nomes indicados pelo Governador; observação do mesmo processo de nomeação de diretor no caso de vacância no curso do mandato; supressão do art. 13, que estabelece a livre nomeação e exoneração dos cargos da Diretoria da Agência pelo Chefe do Poder Executivo. A emenda é fundamentada, pela liderança do bloco minoritário, no inciso XXV do art. 71 da Constituição Estadual, que elenca como competência da Assembleia Legislativa a apreciação, em votação secreta, da indicação de integrantes de órgãos colegiados, conforme determina a lei.

Opino, mais uma vez, pela rejeição, cabendo esclarecer, de início, que, diferentemente do afirmado pela Liderança da Minoria, a atribuição da Assembleia Legislativa de apreciar a indicação de integrantes de órgão colegiado não é obrigatória. A Constituição do Estado, em verdade, faz depender o exercício de tal atribuição pelo Legislativo Estadual à prévia determinação legal, o que inexiste.

Ademais, a Constituição Estadual, em seu art. 14, dispõe acerca da investidura em cargo ou emprego público, que fica condicionada à aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvada a nomeação para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Não há, assim, imposição constitucional de qualquer restrição ou limite para que o Chefe do Poder Executivo exerça a prerrogativa de nomear ou exonerar os ocupantes dos

cargos em comissão das entidades autárquicas integrantes da Administração Pública Estadual. Nesse sentido, é farta a doutrina jurídica brasileira:

Cargo em comissão – *É o que só admite provimento em caráter provisório. Destina-se às funções de confiança dos superiores hierárquicos. A instituição de tais cargos é permanente, mas seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função. (Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, 20ª edição, p. 362)*

OU

José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo): *“Independem de concurso público as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Justifica-se a exceção, porquanto tais cargos devem ser providos por pessoas de confiança da autoridade a que são imediatamente subordinadas. Demais, o titular assume-os em caráter passageiro.” (Malheiros, 16ª ed., p. 660).*

OU AINDA

Celso Ribeiro Bastos, em seu Curso de Direito Constitucional: *“A investidura em cargo ou emprego público só se pode dar se antecedida de concurso público. A única exceção consiste nos cargos em comissão; para estes dispensa-se o concurso; em compensação o servidor jamais, neles, se torna estável.” (Saraiva, 18ª ed., p. 329).*

Por fim, apresento, na condição de Relator, as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 01:

Acrescente-se o inciso VIII do art. 4º do Projeto de Lei nº 19.964/2012, com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

’ VIII – apoiar os municípios na elaboração dos respectivos planos municipais de saneamento básico;”

Justificativa: *A emenda tem por objetivo incluir, dentre as atribuições da AGERSA o apoio aos municípios baianos na elaboração dos seus planos de saneamento básico.*

A Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico) exige que os municípios elaborem seus respectivos Planos de Saneamento Básico, que são uma condição necessária para acesso aos recursos governamentais destinados aos projetos de saneamento.

Ocorre que muitos municípios baianos, principalmente os mais pobres, têm enormes dificuldades na elaboração dos seus Planos de Saneamento Básico. Para superar esse problema, o apoio da nova Agência é essencial.

Afinal, a AGERSA será um órgão técnico especializado, com plena condição de auxiliar os municípios baianos na elaboração de seus Planos de Saneamento, e possibilitar o acesso aos recursos governamentais.

Emenda de Relator nº 02:

Altera o § 2º do art. 5º do Projeto de Lei nº 19.964/2012, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º

§ 2º - O prazo para o recebimento de contribuições da sociedade não será inferior a 30 (trinta) dias, contados a partir da disponibilização dos documentos objetos da consulta pública.”

Justificativa: A AGERSA irá promover consultas públicas antes da edição de normas que versem sobre revisões tarifárias.

Na redação original do PL nº 19.964/2012 se estabelecia que o prazo para o recebimento das contribuições seria de, no mínimo, 15 dias.

Para ampliar a possibilidade de participação da sociedade civil, propõe-se a ampliação do prazo mínimo para 30 dias.

Emenda de Relator nº 03:

Altera o Parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei nº 19.964/2012, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º

Parágrafo único - O Estado da Bahia poderá celebrar, com os municípios do seu território, convênios de cooperação, na forma do art. 241 da Constituição Federal, visando à gestão associada de serviços públicos de saneamento básico e a delegação, à AGERSA, de competências municipais de regulação e fiscalização desses serviços, conforme disposto no art. 15 da Lei Estadual nº 11.172/2008.”

Justificativa: A redação deverá ser alterada porque o art. 241 da Constituição Federal prevê que os convênios de cooperação serão realizados entre os entes federativos. A redação original do PL nº 19.964/2012 poderia levar ao entendimento de que a AGERSA poderia assinar convênios de cooperação ou contratos de programa diretamente com o município, sem a participação do Estado.

Além disso, deve ser suprimido do texto a frase “enquanto não houver ente regulador criado pelo município”, pois a gestão associada do serviço público de saneamento, com a delegação da competência da regulação, é um ato voluntário do município, que sempre terá a prerrogativa de, se preferir, fazer a regulação e a fiscalização de forma direta. Desse modo, a expressão suprimida é desnecessária.

Emenda de Relator nº 04:

Altera o inciso XIII do art. 4º do Projeto de Lei nº 19.964/2012, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

XIII – fiscalizar os contratos de programa que tenham por objeto a prestação dos serviços públicos de saneamento básico;”

Justificativa: A redação deverá ser alterada para destacar que os serviços de saneamento básico referidos são serviços públicos, conforme reiteradamente se afirma na Lei Federal nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico).

Ante todo o exposto, e considerando que a proposição atende aos requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação com as alterações introduzidas pelas emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2012.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Gostaria de solicitar vista do presente projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro o pedido de vista de V.Ex^a pelo prazo máximo de 48 horas.

Só podemos votar o segundo projeto depois que votarmos este, que está sobrestando a pauta.

Mas antes de encerrar, gostaria de dar uma questão de ordem ao deputado Yulo Oiticica.

O Sr. Yulo Oiticica:- Sr. Presidente, solicito de V.Ex^a que seja inserida nos Anais da Casa uma nota pública da ASA. A ASA é uma importante instituição da sociedade brasileira, não só baiana, que faz um trabalho na garantia de um direito fundamental, que é o direito a água, sobretudo no resgate da água da chuva.

Vale lembrar que nesses dias os bispos de todas as dioceses e arquidioceses da Bahia e de Sergipe estão reunidos, aqui, no Centro de Treinamento de Líderes.

Portanto, pediria a V.Ex^a que inserisse nos Anais da Casa essa nota tão importante e esclarecedora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a e mando publicar na íntegra essa nota.

Informo aos Srs. Deputados que a sessão extraordinária que estava programada para iniciar dois minutos após o encerramento desta, encontra-se prejudicada, tendo em vista que foi pedido vista ao projeto em foco. Declaro encerada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*